



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - 39ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Entrega à Sra. Ivete Sangalo do Título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais
- 1.2 - 30ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 39ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/10/2011

#### Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Bruno Siqueira - Entrega de título - Palavras da Sra. Ivete Sangalo - Apresentação musical - Palavras do Governador do Estado - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Adalever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Doutor Viana - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 18h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega à Sra. Ivete Sangalo, cantora e compositora, do título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do Deputado Bruno Siqueira, pelo Governador do Estado, por meio de decreto publicado no "Diário do Executivo" em 22 de setembro de 2011.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador do Estado em exercício; a Exma. Sra. Ivete Sangalo, cantora e compositora; e os Exmos. Srs. Deputado Federal Domingos Sávio, representando a Câmara dos Deputados; Vereador Leo Burguês, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Deputado Bruno Siqueira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

### **Registro de Presença**

O locutor - Registramos a presença da Exma. Sra. Célia Maria Salgueiro Pawlowski, Diretora Administrativa e Financeira da Belotur, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Sgt. Lima, no trompete, e pelo Sgt. Lázaro, na guitarra, ambos integrantes da Banda Bios – Bombeiro Instrumental Orquestra Show –, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Leitura de Mensagem**

O locutor - Gostaríamos de dar ciência ao público presente, bem como aos telespectadores da TV Assembleia, de mensagem encaminhada pelo Exmo. Senador Aécio Neves. (- Lê:) “Caro Dinis Pinheiro, muito me contentaria participar da reunião especial destinada à entrega de título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais a Ivete Sangalo, que ocorre hoje, dia 20 de outubro, em Belo Horizonte. Entretanto, em função de compromissos assumidos anteriormente, não poderei comparecer a tão importante evento. Por isso só me resta agradecer ao distinto convite e cumprimentá-los pela escolha de homenagear tão importante nome da música brasileira. Atenciosamente, Senador Aécio Neves”.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### **Palavras do Deputado Bruno Siqueira**

Exmo. Sr. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Federal Domingos Sávio, representando a Câmara dos Deputados; Srs. Deputados e Sras. Deputadas presentes; funcionários da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; público que lota as galerias desta Casa Legislativa; mineiros e mineiras; nossa cantora e compositora homenageada desta noite, a baiana e agora também mineira Ivete Sangalo. Boa noite a todos.

Amor com amor se paga. A reunião que promovemos hoje para oficializar a cidadania mineira da cantora Ivete Sangalo é uma justa retribuição a uma artista notável que, em 16 anos de carreira, demonstrou um constante e especial carinho por todos nós, mineiros. Nosso Estado, como gosta de dizer nossa homenageada, sempre ocupou destacada importância em sua carreira, pois ela nunca deixou de se apresentar em nossas cidades ao longo desses anos. Do mesmo modo como nosso público a prestigia, seus “shows” vêm trazendo benefícios ao Estado, promovendo o turismo de eventos, atraindo visitantes entre seus seguidores de todo o Brasil e movimentando vários segmentos da economia local. Cada espetáculo que se realiza, planejado com invejável profissionalismo, gera impostos e empregos tanto diretos quanto indiretos, além de criar e preencher postos de trabalho temporário. Com toda a competência e muito sentimento, ela e sua equipe vêm proporcionando aos seus fãs mineiros, não importando o porte da cidade em que comparece, a mesma música e um espetáculo semelhante aos que vêm ocupando, cada vez mais, os palcos internacionais.

Ivete Sangalo é, literalmente, porta-voz de nossa cultura, que vem divulgando pelo mundo. Tem sido exemplar em seu amor pelas nossas coisas e por nossos ritmos, acompanhada por músicos, dançarinos, cenógrafos, coreógrafos, figurinistas e técnicos que, cada um em sua área, expressam essa qualidade brasileira de saber trabalhar em equipe, sempre obtendo o melhor de cada indivíduo. Nossos ouvidos e nossos olhos vêm, portanto, habituando-se a desfrutar de momentos marcantes de beleza e, sobretudo, de uma genuína alegria. Guardaremos, todos que aqui estamos reunidos, a memória deste momento ímpar, partilhado com uma artista do presente, mas que soube inscrever seu nome na história de nossa música e do mundo dos espetáculos. Podemos, então, dizer a Ivete Sangalo que temos mais este motivo para considerá-la gente nossa, ao investi-la desta especial condição: a de ser também uma mineira, atributo que se soma às suas naturais qualidades. Muito obrigado.

### **Entrega de Título**

O locutor - Neste instante, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega do Título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais à Sra. Ivete Sangalo, cantora e compositora, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 22 de setembro de 2011, e a requerimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede à Sra. Ivete Sangalo o título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira. Belo Horizonte, 20 de outubro de 2011. Alberto Pinto Coelho, Governador do Estado em exercício; Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”.

O Sr. Presidente - Quero convidar o Deputado Bruno Siqueira e o nosso fraterno amigo Governador Alberto Pinto Coelho, a me acompanhar neste memorável instante.

- Procede-se à entrega do título.

### **Palavras da Sra. Ivete Sangalo**

Boa noite. Eu não sei qual o protocolo. É o meu, não é? Agora eu sou mineira e posso tudo. Agradeço muito a todos os meninos - sem esse negócio de excelentíssimo -, Dinis Pinheiro, obrigada pelo carinho; Alberto Pinto Coelho, muito gentil; Domingos Sávio; Bruno Siqueira, autor do requerimento desta homenagem. Agradeço ainda a todos os que estão aqui, meus amigos, pessoas do meu convívio e que quero bem, pessoas da minha vida, meus fãs.

Eu estava na sala do Presidente, onde havia três crianças lindas conversando comigo. Então elas perguntaram para mim: “Ivete, como é difícil, né, ser uma pessoa famosa assim, todo o mundo saber quem você é”. E então respondi a elas: “Às vezes pode ser até cansativo; difícil jamais”. Porque às vezes a gente fica cansada mesmo, né? Fazemos aquele sorriso amarelo, e a pessoa está



esperando um supersorriso... Mas você está ali, cansadinha. Mas nada representa a emoção que estou sentindo hoje aqui... de estar diante de vocês, diante de um Estado pelo qual tenho um respeito imenso.

Estava pensando: meu Deus, o que vou falar? Nesses 16 anos de carreira que tenho, não fiquei sequer um ano sem vir a Minas Gerais cantar. Um ano. Falam assim: “Ah, você é viciada”. Não, a palavra não é “viciada”. É uma questão de necessidade, porque o vício definitivamente a gente não precisa dele, mas a necessidade de algumas coisas é fundamental. A gente não viveria sem respirar, assim como eu não viveria sem voltar a Minas e fazer os meus “shows” aqui... Então... Eu sei, eu sei...

Então, queria dizer a vocês que consigo ver na plateia grandes amigos, pessoas a quem quero muito bem. Ah, mas estou falando de amigos. São vocês. Dizer a vocês que me sinto muito honrada com este título. E mais que honrada. Quando recebi o convite para vir aqui, pensei: meu Deus, é muito justo, porque só eu tenho a ideia e a dimensão do que realmente sinto pelo Estado de Minas Gerais. Na minha consciência, na minha intimidade, sei o que sinto. Então era como se eu quase tivesse escrito uma cartinha dizendo: “Pô, alguém me dê um título de cidadã mineira, porque para mim será uma grande alegria”. Tenho orgulho de dizer que conheço todas as cidades do Estado de Minas Gerais. Já cantei em todas elas. Tive a sorte de estar nelas, e o público teve a sorte de me assistir porque sou sempre inspirada quando estou aqui. E nem só as cidades eu conheço. Conheço cada doce deste Estado... Já comi pão de queijo em todos os lugares por onde passei.

Deixo aqui uma homenagem por eu agora estar em meio a nomes como Toninho Horta; Milton Nascimento; Samuel, cantor do Skank e compositor; turma do Pato Fu; Jota Quest; Paula Fernandes; tantos nomes maravilhosos... Luan Santana, Alexandre Pires... Alexandre Pires, não, aquilo é um jogo inteiro, né? Ele é prato de sopa. O que ele quiser, ele pode ser. Enfim, queria dizer a vocês muito obrigada do fundo do meu coração, não deixando de falar... “Perai”, minha gente.

Neste Estado vive uma pessoa a quem quero muito bem, uma amiga a quem quero muito bem e que é responsável por boa parte das minhas alegrias, porque uma pessoa, quando é cantora, tem uma voz, e essa é sua grande alegria. Está ali na frente uma grande amiga que descobri, Janaína Pimenta. O Estado de Minas Gerais tem de se orgulhar muito dela porque ela é uma excepcional profissional e... É tão louco isso... Que ela... Que a gente precisa descobrir em uma amiga uma irmã... Ela não tem irmão, mas ela tem a mim, ela tem a Lili... E o meu filho é louco por ela, e isso é a maior prova de que somos irmãs aqui... Te amo, Jana. E, agora, tenho o orgulho de ser do seu Estado, porque o Estado, para produzir uma mulher como você, e eu não ser desse mesmo Estado... Então tenho muito orgulho de você e acho que Minas Gerais é feliz por ter você representando as mulheres daqui. Te amo. Ofereço esse título a você também.

Queria deixar um beijo a Leo, meu parceiro de “shows”; à turma da DM, meus queridos amigos; ao Marcelo, obrigada, que é um fã incondicional, apaixonado; e a vocês, que são meu tesouro e a minha vida. Agora, daqui para a frente, gente, eu vou falar que nem “ocês”, assim? Quando alguém perguntar pra mim: “Ivete, ‘ocê’ é mineira?”, vou dizer: “Uai, claro que sô mineira, gente”. Amo vocês. Obrigada, viu?

### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir os cantores Rick e Ricardo, que apresentarão a música “Força da Paixão – Sensação”, de autoria de Josué da Silva; logo em seguida, Bella Melo, que, acompanhada do violonista Felipe Faria, apresentará a música “Seio de Minas”, de Paula Fernandes; e, fechando as apresentações, a Banda Bios – Bombeiro Instrumental Orquestra Show -, que sob a coordenação do Ten. Buenos Aires, apresentará a música “Quando a Chuva Passar”, de Ramon Cruz, com adaptação do Sgt. Santana.

O Sr. Ricardo - E aí, moçada, boa noite! Boa noite, Ivete. Para nós, é uma honra estar aqui. Somos de Juiz de Fora e estamos em Belo Horizonte há quatro anos fazendo um trabalho. Somos uma dupla sertaneja e vamos cantar uma música nossa para você.

O Sr. Rick - A música chama-se “Sensação”. Todo mundo vai concordar que a Ivete é a sensação do Brasil, mas, agora, que é cidadã de Minas Gerais, também é a sensação de Minas Gerais.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Rick - Você é a sensação do Brasil e de Minas Gerais. Obrigado ao nosso parceiro, o Marcelo Generoso, que nos trouxe aqui.

A Sra. Ivete Sangalo - Maravilha. (- Canta:) “Toda vez que a gente faz amor / A chama da paixão vem queimar”

O Sr. Rick (cantando) - “É uma nova sensação / eu nem sinto os pés no chão / parece que vou flutuar / exatamente em sua direção / vejo logo em seu olhar / um desejo louco de amar”.

A Sra. Ivete Sangalo (cantando) - “Toda vez que a gente faz amor/ A chama da paixão vem queimar”.

O Sr. Rick - Obrigado. Valeu, Ivete.

A Sra. Ivete Sangalo - Dez por cento vai ser meu nisso aí.

A Sra. Bella Melo - Boa noite. Muito obrigada pela oportunidade. É um prazer imensurável estar aqui. Além da nossa paixão pela música e do título de mineiras - somos mineiras agora -, dividimos a mesma paixão por aquela ali. Ela é nossa. É uma alegria tê-la aqui. Vamos cantar uma música em sua homenagem. Com certeza, você sentirá o mesmo que nós quando ouvi-la: Paula Fernandes, “Seio de Minas”.

- Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Ivete Sangalo - Linda.

A Sra. Bella Melo - Muito obrigada. Você também.

A Sra. Ivete Sangalo - Obrigada a você. Ela é a pessoa. “Meu maior presente”? Então, vou cantar daqui, porque não sei tocar essa, não. (- Canta.) Obrigada. É difícil não, gente!

A Sgt. Alessandra Marcelino de Melo - Ivete.

A Sra. Ivete Sangalo - Oi, querida.

A Sgt. Alessandra Marcelino de Melo - Somos da Banda Bios - Bombeiro Instrumental Orquestra Show -, do Corpo de Bombeiros.

A Sra. Ivete Sangalo - Legal. Hoje estive com o pessoal do Corpo de Bombeiros lá no aeroporto.

A Sgt. Alessandra Marcelino de Melo - Que ótimo!



A Sra. Ivete Sangalo - Que ótimo? Adorei! “Que ótimo, por que você não foi lá na nossa corporação? Que ótimo... paciência... Por que você não foi me ver na minha corporação?”. Notícia sem o menor precedente, não é? Mas tudo bem.

A Sgt. Alessandra Marcelino de Melo - Gostariamos de convidá-la a cantar conosco a música “Quando a Chuva Passar”, de Ramón Cruz, e adaptação do Sgt. Santana.

A Sra. Ivete Sangalo - Quando a chuva passar, conseqüentemente o fogo já estará apagado, não é mesmo?

A Sgt. Alessandra Marcelino de Melo - Só que é o contrário, agora. Iremos incendiar este Plenário.

A Sra. Ivete Sangalo - Boa, garota!

- Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Ivete Sangalo - Obrigada. O Dito mandou dizer que não ganhou título, mas que ele também é mineiro. Ah, linda, só porque falei lá fora que gostei. Oh, mulher, obrigada. Olha, eu queria dizer aos meninos da Mesa que meus fãs todos se arrumaram para esta cerimônia. Não sei o nome daquele galeguinho da televisão, muito bonitinho, por sinal, com corpinho de italiano. Como você se chama? Renato. O Renato falou: “Ivete, vocês saíram do protocolo”. Como foi que você me perguntou? Você falou que eu estava informal, e me perguntou: “Você quebrou a formalidade?”. Respondi: “A formalidade não está baseada no que vestimos ou no que falamos, mas naquilo que passamos emocionalmente”. Hoje, aqui, vocês deram um “show” de solenidade. O Presidente estava contundido, e até a bengala o homem largou. Ou seja, a Ivete, além de mineira, cura!

Tem um baixinho ousado ali, qual é o nome dele? Um baixinho ousado que tirou 300 fotos, um pequeno. Alencarzinho. Alencarzinho, depois, vou lhe dar um cascudo. Isso não vale nada!

Gente, sábado tem “show”. Pelo amor de Deus, não é, gente! Vejam o que ela está me dando para dar autógrafo. A caneta falhou. Olhem, depois não vão fazer uma CPI.

### Palavras do Governador do Estado

Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, meu dileto amigo, que tão bem dirige os destinos do Parlamento mineiro; Deputado Federal Domingos Sávio, que nos honra com sua presença, representando a Câmara Federal; Deputado Bruno Siqueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, uma jovem liderança que desponta no Parlamento mineiro; Vereador Léo Burguês, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Ivete Sangalo, nossa homenageada de hoje, cantora e compositora, grande artista que honra e dignifica o nosso país: não sei se você sabe, tão querida como admirada Ivete Maria Dias de Sangalo, que, antes mesmo de nascer, você já era mineira também, desde que tinha por destino o berço de seus queridos pais Alsus Almeida de Sangalo e Maria Ivete Dias, na Bahia de Todos os Santos. Assim, este título que hoje lhe é conferido, o de Cidadã Honorária de Minas Gerais, em reconhecimento aos méritos de seu trabalho artístico e a seus valores humanos, que transcenderam as divisas baianas para se tornarem brasileiros e universais, esse título, repito, lança, além disso, raízes profundas na história de Minas Gerais. É que, estimada Ivete, o nome de nosso Estado carrega as Minas da mineração, no berço de Mariana, que estendeu sua irmandade a Ouro Preto, São João del-Rei e Tiradentes, por exemplo. Mas essas Minas do ouro são também Gerais. Esses Gerais partiam das Minas, no séc. XVII, para tomar o histórico e assim chamado Caminho da Bahia. Gerais que eram geograficamente denominados campos gerais, estendendo-se pelo Oeste da Bahia e Goiás, chegando ao Piauí e Maranhão.

Antes de Mariana, fundada em julho de 1696, Minas Gerais teve seu berço original em Matias Cardoso, a primeira freguesia oficialmente instalada em Minas Gerais, antes de 1695, mas, então, ainda pertencente ao território da Bahia.

Por isso, existe em Minas Gerais, cara Ivete, o Movimento Catrumano, que encarna o sentimento cívico do norte-mineiro, para que seja historicamente reconhecida essa dualidade mineira - como dual é o casal de mãe e pai -, a das Minas e dos Gerais, esses últimos chamados, orgulhosamente, de “geraizeiros”, bandeirantes e protobaianos - cofundadores de Minas Gerais.

O querido e saudoso Darcy Ribeiro chegou até a propor, para unir esse casal num nome comum, que nosso Estado passasse a se chamar País do Rio das Velhas, porque por ele as águas correm de Sabará até o Atlântico. Veja, pois, estimada Ivete, como seu talento artístico e sua extraordinária simpatia humana estão hoje simbolizando, no diploma que lhe é merecidamente outorgado, o reencontro das Minas com os Gerais.

Sras. e Srs. Deputados, caros presentes, convidados, querida cidadã mineira Ivete Sangalo, a irmandade Minas-Bahia tem na própria natureza o seu batismo maior, nas águas nascentes do Rio São Francisco, no Parque Nacional da Serra da Canastra, aqui nas Minas e nos Gerais. Nascentes que, depois, incorporam os cursos do Rio das Velhas, do Paraopeba e de tantas outras fontes generosas para se tornar o rio mãe da Bahia, aquele mesmo que banha a terra natal da querida Ivete, lá em Juazeiro, na divisa de Petrolina com Pernambuco. Rio da Integração Nacional, que, nascendo em Minas Gerais, vai entregar suas águas, entre Sergipe e Alagoas, ao grande pai, o Oceano Atlântico.

A música popular brasileira, pela criação de suas compositoras e compositores – e aqui tivemos algumas mostras -, pela voz de suas cantoras e cantores, é a grande embaixadora da cultura e da imagem do Brasil mundo afora.

Sinto-me especialmente feliz, como Governador em exercício de Minas Gerais e como Vice-Governador do Estado, de participar deste momento solene, no qual a cidadania honorária mineira é outorgada a quem, como você, cara Ivete, faz da arte popular uma exaltação da brasilidade. E agora, mineira que se torna, por herança histórica e diploma legal, seu rosto, de singular e bela identidade humana, cara Ivete, confunde-se com o rosto de todos os mineiros, numa mesma emoção, de nossas meninas, moças e mulheres, dos homens também, num mesmo sentimento de baiana mineiridade e de universal brasilidade. Porque mineiro, na verdade, não é isto nem aquilo; não é assim nem assado; ou nem muito antes pelo contrário, como é costume dizer: mineiro é só o sentimento de uma única irmandade, a que une toda a humanidade. A mesma irmandade que canta o nosso Clube da Esquina, na criação fraterna de Lô Borges, Márcio Borges e Fernando Brant, pela voz de um Flávio Venturini, de um Milton Nascimento, de uma eterna Elis Regina e na voz de todos nós: “Sou do ouro / Eu sou vocês / Sou do mundo / Sou Minas Gerais.

Não há nada mais belo no mundo que fazer da própria vida uma vida que vibra e palpita em milhares e milhares de corações, como foi demonstrado aqui. Como vibra e palpita dentro de você, Ivete, o coração humano de todos nós, de todos os mineiros. A você



dedico, como palavras finais, o verbo mineiro, sertanejo e universal de João Guimarães Rosa: “A vida é assim: esquentada e esfria, apertada e daí afrouxa; sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. Essa coragem, de energia e vida, que você tanto tem. Muito obrigado.

A Sra. Ivete Sangalo - Queria aproveitar rapidamente para agradecer-lhe demais o texto carinhosamente escrito. Levou um tempo, um pensamento, um momento dele comigo, com a artista e a baiana que quer ser mineira. Agradeço-lhe demais e faço das minhas palavras as palavras de todos os artistas baianos. Posso falar em nome deles porque, nas nossas íntimas reuniões, Minas é assunto unânime, o amor que todos os baianos têm, não apenas as pessoas que lá vivem, mas todos os artistas, sem tirar nem pôr. Minas Gerais é, definitivamente, unanimidade para todos nós. Estou aqui simbolizando todos esses artistas. Tive a sorte de chegar aqui, de fazer a frente disso. Um deles me perguntou: “Ivete, por que você vai receber o título?”. Porque como quietinha, não é, meu irmão? Não tenho culpa de comer quietinha, não é verdade? Estou comendo quietinha como os mineiros.

O locutor - Gostaríamos de informar a todo o público presente, bem como aos telespectadores da TV Assembleia que esta reunião será reprisada na íntegra no dia 29 de outubro, às 14h30min, pela TV Assembleia.

### **Palavras do Sr. Presidente**

Exmo. Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador do Estado em exercício, querido amigo; Exmo. Sr. Deputado Federal Domingos Sávio, representando a Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Vereador Léo Burguês, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Deputado Bruno Siqueira, brilhante liderança jovem, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Sra. Ivete Sangalo, senhora cantora e compositora; senhoras e senhores; jovens; queridos Deputados e Deputadas. Que bela plateia.

Perdoem-me, mas vou quebrar um pouco o protocolo. Mineiro, Ivete, é apaixonado pela Bahia, alucinado, enlouquecido pela Bahia, pela sua história, pela sua riqueza, pela participação efetiva na vida de cada brasileiro, pelas suas praias, pelo povo generoso e amigo.

A Sra. Ivete Sangalo - Acho que existe uma sintonia.

O Sr. Presidente - Uma sintonia, uma sinergia, uma interação extraordinária entre Minas e Bahia, entre os mineiros e os baianos. Digo a você, conforme passou anteriormente no telão: é um caso de amor. Aliás, era um caso de amor, já não é mais caso de amor. E vou lhe fazer uma confidência. Espero que ninguém ouça, muito menos a minha esposa.

A Sra. Ivete Sangalo - Agora eu sou a primeira-dama.

O Sr. Presidente - Agora é um caso de amor eterno pela presença marcante da Ivete Sangalo. Seja bem-vinda a Minas. Aliás, é sua terra.

A Sra. Ivete Sangalo - Muitas vezes andei por Minas Gerais de ônibus viajando com a banda e, entre uma cidade e outra, vimos muita coisa linda, comemos muito bem, trocamos uma prosa que é uma beleza. Nessas viagens pensava muito na minha vida e na minha carreira. Sentada na poltrona do ônibus, curtindo aquelas paisagens, o nascer do sol de Minas Gerais, que parece que é diferente dos outros lugares, eu vinha ouvindo música e pensando sobre muitos passos importantes que dei na minha vida. É bom falar para vocês saberem um pouquinho disso.

O Sr. Presidente - Você é superdiferente. Aliás, é uma mulher iluminada. O Governador Alberto Pinto Coelho, que tem edificado uma história política tão bonita e merecedora do nosso aplauso e reconhecimento, sabe da riqueza que é o exercício da vida pública. A vida pública tem uma função muito nobre. Falo com o coração e com sinceridade: ela tem a valiosa função de melhorar a vida das pessoas. Estou nesta Casa há 16 anos e agora, com a confiança dos meus queridos amigos e colegas, exerço a Presidência deste Parlamento, o que esse homem público fez de forma histórica, memorável e singular. Realizou um trabalho a que eu, com simplicidade, mas com muita força e dinamismo, procuro dar sequência, logicamente que longe da sua altivez e do seu brilhantismo.

Mas a vida pública é algo mágico e envolvente porque nos dá oportunidade de conhecer pessoas, de conviver, de nos identificarmos com suas agruras, com seus sonhos, com seus ideais, de nos aproximarmos das pessoas, de sermos contagiados, da mesma forma como você, contagiada pela alegria, pelo sorriso, pelo abraço e por aquela vontade de construir uma vida melhor. Acho que o Parlamento de Minas tem feito isso de forma transparente, clara, honesta. Tem procurado melhorar a vida e a história dos mineiros e das mineiras e, sobretudo, dos mais carentes e dos mais necessitados. O nosso Governador hoje está dando essa contribuição ao nosso Estado e ao nosso país, nessa missão ainda mais honrosa, sempre e permanentemente um exemplo para todos nós.

Mas digo aos senhores, às senhoras e a todos que aqui se encontram, aos nossos queridos pares que hoje é um momento realmente especial. O coração de todos os mineiros pulsa com mais força e mais intensidade. Se nós temos essa bela missão de melhorar a vida das pessoas no exercício sério da vida pública, você, um dos grandes ícones artísticos do nosso país, tem também, por obra divina, essa tarefa de melhorar a vida das pessoas. E você concede a todo o mundo. É só olhar para cada jovem, para cada ser humano, para cada cidadão que aqui se encontra, e observar o sorriso, a alegria, a gratificante satisfação pela vida.

A Sra. Ivete Sangalo - Graças a Deus.

O Sr. Presidente - É por isso, não somente por tantas missões listadas aqui pelo Deputado Bruno Siqueira, no meio artístico, mas também por essa sua forma mágica de envolver as pessoas. Ali, na sala da Presidência, ao lado de tantos outros Deputados e tantas outras pessoas, tivemos oportunidade, de forma breve e rápida, mas muito próxima, de testemunhar: muito mais do que esse talento artístico, você nos apresentou um talento cristão imensurável. Você é alegre, acolhedora, amiga, amiga das crianças, abraça a todos e leva a todo o mundo essa alegria de viver.

A Sra. Ivete Sangalo - Mas venho aprendendo, sabia? A cada dia que passa, aprendo mais. É tanto amor e tanto carinho que dá até vergonha de não retribuir. Tenho que retribuir, na medida do possível. É muito respeito o que as pessoas sentem por mim, é muito carinho. Como você falou, não se pode transformar a vida das pessoas sem dar um exemplo. Fazendo isso, as pessoas entendem. Tudo é muito valioso na nossa vida, mas nada é mais valioso que as relações humanas. São elas que constroem o ser humano, o indivíduo. Não existe um indivíduo só que seja feliz. Pode estar só, rico, vivendo em cima de verdadeiras fortunas, mas, em seu íntimo, precisa de alguém para trocar uma ideia, dar um abraço, fazer um carinho. Há aqueles que acham que sozinhos viverão sobre sua fortuna, mas não, vamos dividir o carinho, a sorte e as oportunidades.



O Sr. Presidente - Minhas palavras certamente serão pequenas e singelas para exalar essa dimensão a pessoa que você é, mas, com orgulho, os mineiros lhe concedem esse título de mineiridade, de mineira, por tudo que você foi, é e será para Minas, para o nosso Brasil, para o nosso povo, para a nossa gente, para as próximas gerações. Como falei, isso é uma dádiva, e você tem essa oportunidade, essa condição de semear alegria. E quem semeia alegria sempre haverá de ser homenageado, não somente por Minas e pelos mineiros, mas também por todos os brasileiros. Você transporta, de forma incansável, a alegria, a satisfação, o contentamento. Certamente, seu espírito alegre haverá de contagiar todos nós e nos revigorar ainda mais para que nós e nosso querido líder maior, o Governador Alberto Pinto Coelho, possamos cumprir nossa missão com galhardia ainda maior, atendendo cada vez mais as aspirações, demandas e inquietações da nossa querida Minas Gerais.

Desejo a você, Ivete, glórias ainda maiores e que possa sempre estar nos contagiando com esse espírito terno, essa alegria, esse sorriso e essa beleza espiritual. Dessa forma, construiremos um Estado melhor, uma Bahia melhor, um Brasil menos desigual, mais igual, onde todos possam de fato partilhar desse momento de progresso, de desenvolvimento que já provocou a mobilidade social de aproximadamente 30 milhões de brasileiros. Ainda temos tantas outras etapas e desafios pela frente. Ainda no Brasil são 16 milhões de brasileiros em estado de miséria e, para eles, temos de levar sorriso, esperança, políticas públicas importantes para transformar, de fato, de verdade, com valentia, a vida das pessoas e para todas terem a mesma sorte, a mesma oportunidade e uma vida melhor, mais solidária, mais humana, mais cristã.

A Sra. Ivete Sangalo - Temos que levar, pois os olhos de Deus ninguém tapa.

O Sr. Presidente - Isso é o que procuramos fazer nesse solo sagrado do Parlamento de Minas, é o que procuramos fazer por nossa querida Minas Gerais, ao lado do Governador Alberto Pinto Coelho, do Anastasia e de tantas lideranças marcantes do Estado. Portanto, Ivete, continue assim, com esse talento artístico admirável. Continue esbanjando alegria, felicidade e contentamento. Um beijo no coração. Você, realmente, fez um bem maravilhoso a todos nós e a mim, de forma especial, pois foi um medicamento maravilhoso, já que há seis semanas estou com uma muleta, por obra do futebol. Realmente, pelo visto, estou plena e totalmente curado.

A Sra. Ivete Sangalo - Acho que é até uma coisa espiritual.

O Sr. Presidente - A alegria é muito grande.

A Sra. Ivete Sangalo - Não passei nenhum bálsamo.

O Sr. Presidente - Minas Gerais, vocês merecem tudo isso de bom. Queridos visitantes, um beijo no coração. Ivete, seja feliz. Paz, saúde e alegria. Que Deus a continue iluminando. Gostaria que você não parasse de fazer alegria. Por favor, Deputado Bosco, chame aquela mocinha.

A Sra. Ivete Sangalo - Queria agradecer muito a vocês todos pelo carinho.

O Sr. Presidente - Valeu. Um beijo para todos vocês. Saúde e alegria.

A Sra. Ivete Sangalo - Muito obrigada também.

### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de segunda-feira, dia 24, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011

### Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Ivan Alves Soares para o Cargo de Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem-MG -; votação secreta; aprovação - 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado André Quintão; aprovação - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011; votação nominal da proposta, salvo emendas; inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição; anulação da votação; questão de ordem; existência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição; renovação da votação nominal da proposta, salvo emendas; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 e 2; aprovação - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011; aprovação - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011; aprovação - Registro de presença - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011; discursos dos Deputados João Leite, Luiz Henrique, Carlin Moura e André Quintão - Questões de ordem - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira



- Pompílio Canavez - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Fabiano Tolentino, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

### Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Ivan Alves Soares para o Cargo de Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos as Deputadas e os Deputados:

Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, quero manifestar meu voto "sim", que não foi registrado.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 39 Deputados. Votou “não” 1 Deputado. Está, portanto, aprovada a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Ivan Alves Soares para o Cargo de Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem-MG. Oficie-se ao Governador do Estado.

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

### Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, há, na pauta, duas propostas de emenda à Constituição, que requerem quórum qualificado. Gostaria que V. Exa. solicitasse a recomposição de quórum para que as votemos.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, entendo a preocupação do Deputado Sargento Rodrigues, mas, como a votação será feita pelo painel, penso que poderíamos fazer a votação, pois acredito estarem presentes 49 Deputados. Se não houver quórum, já faço a solicitação para a recomposição. Sugiro que seja feita a votação e, se necessário, a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que, com a entrada de outros Deputados no Plenário, já se configurou o quórum para votação.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011 seja apreciada em segundo lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011, do Deputado Romeu Queiroz e outros, que dá nova redação ao inciso VII do art. 2º e acrescenta parágrafo ao art. 227 da Constituição do Estado para dispor sobre o acesso à informação e à internet. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a proposta, salvo emendas.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente – Votaram 47 Deputados. Portanto, não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição. A Presidência torna sem efeito a votação da proposta, salvo emendas.

### Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Pediria a V. Exa. para renovar a votação, pois há ainda Deputados na Comissão de Direitos Humanos e há a necessidade de aguardá-los.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição. A Presidência vai renovar a votação. Em votação, a proposta, salvo emendas.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Deputado Rômulo Veneroso - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 48 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a proposta, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 49 Deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão Especial.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011, do Deputado André Quintão e outros, que acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a proposta.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 50 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011. À Comissão Especial.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a proposta.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, não consegui votar. Meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 51 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011. À Comissão Especial.

### **Registro de Presença**

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 6º ano do Colégio Arnaldo, unidades dos Bairros Anchieta e Funcionários, e agradece-lhes a presença. Sentimo-nos muito honrados com a presença das crianças, dos jovens e dos professores nesta Casa.





Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estudantes que acompanham esta reunião, esta é uma matéria que retorna à Assembleia Legislativa. Já tivemos a oportunidade de discuti-la muitas vezes, nas comissões, no Plenário e fora, também. De alguma forma, essa proposta traz certa confusão para a História do Brasil. Nos livros de História, nos quais estudam esses alunos, está consagrado que a primeira cidade mineira é Mariana. Todos os anos, o governo de Minas se desloca para aquela cidade, reconhecida internacionalmente e em nossos livros. Já houve várias mudanças nessa proposta de emenda à Constituição. Isso por causa da história, da vinda dos bandeirantes e dos que, pela primeira vez, estiveram aqui, a partir da ocupação do Brasil pelos europeus - sabemos que muitos se instalaram no Norte de Minas. A região de Mariana é consagrada pela História, pelos livros de História, que a reconhecem como sendo o primeiro lugar em que houve efetivamente uma cidade em nosso Estado.

Portanto, a Assembleia trata, neste momento, de questão que deve ser discutida com seriedade, para não haver grande confusão na história de Minas Gerais e do Brasil. Não vejo possibilidade de, por meio de uma emenda à Constituição, mudarmos a nossa história. Teríamos de ter um entendimento mais amplo, quem sabe, Deputado Carlin Moura, realizar seminários e fóruns, para ouvirmos autoridades a esse respeito.

No último ano, tive a oportunidade de ir a um grande encontro que discutiu a história de Minas Gerais, em Castelo de Vide, um dos dois lugares de Portugal onde, na Inquisição, os judeus se instalaram, fugindo da Inquisição da Espanha. De Castelo de Vide, muitos deles, por causa da perseguição também em Portugal, vieram para o Brasil, notadamente para Minas Gerais. Tive a oportunidade de compartilhar um livro com o Deputado José Henrique. Alguns ocuparam as terras que ele conhece tão bem, em Barra do Cuieté, muito perto da nossa Governador Valadares, Deputado Bonifácio Mourão. Aqueles judeus, chamados cristãos novos, guardam muitos dos nossos nomes, como Mourão, Viegas, Oliveira. Como muitos deles viveram em Minas, temos grande tradição judaica em nosso Estado.

Sr. Presidente, a Assembleia tem de ter cuidado ao discutir essa matéria. Não é possível mudarmos a história do Brasil e de Minas Gerais por meio de decreto ou de emenda à Constituição. Nesta Casa, há representantes do Norte de Minas, como o nosso querido companheiro Deputado Luiz Henrique, que, imagino, depois deste encaminhamento, também encaminhará. O Deputado Bonifácio Mourão, relator da nossa Constituição, não se manifestou, mas creio que teve o cuidado de não entrar nessa parte, pois ela depende de grande discussão. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não é possível alterar a nossa Constituição de modo a impactar a nossa História. Foi muito sábio o legislador, foi muito sábio o Deputado Bonifácio Mourão, não abordando essa questão na Constituição do Estado, qual seja a das ocupações do Norte e de outras regiões de Minas, que sabemos terem existido. Ele abordou a questão consagrada pela História do Brasil no que diz respeito a Mariana. Mas, efetivamente, o que temos hoje consagrado é Mariana e a região de Mariana. Portanto, é uma preocupação fazermos qualquer mudança na nossa Constituição e trazermos certa dificuldade para a interpretação da nossa própria história. Não me parece que estaríamos fazendo ou trazendo uma contribuição para a nossa História, que, sabemos, está em construção. Hoje estamos recuperando dados importantes da nossa história e da história de Minas Gerais. Alguns anos atrás, costumávamos dizer que os portugueses e europeus descobriram o Brasil. Hoje isso é um acinte contra os povos que já ocupavam o Brasil há tanto tempo. Eu mesmo sempre tive oportunidade de discutir essas questões com meus filhos. E também é com muito cuidado que devemos tratar toda a matéria da História do Brasil. Eu vejo que não é possível fazermos isso por decreto, mexendo na Constituição do Estado de Minas Gerais. Essa é uma matéria que precisa ser discutida com especialistas. Se vamos fazer uma mudança na História de Minas Gerais, se vamos fazer uma mudança na História do Brasil, isso não deve ser feito neste Plenário. Pode ser que, num segundo momento, o Plenário se manifeste em relação a essa questão. Mas, neste momento, mudarmos a nossa História a partir de certos entendimentos de ocupações humanas em regiões de Minas Gerais ou mesmo do Brasil é uma temeridade, e não devemos agir assim. Sigamos o sinal deixado pelo relator da Constituição do Estado, que não entrou nessa seara. Ele deixou o que já estava pesquisado, o que já estava consagrado nos livros de História. Já havia um entendimento das nossas escolas em relação à matéria.

Portanto, defendo o voto contrário a essa emenda à Constituição. Se esse for o interesse dos Deputados autores da emenda, devemos convocar seminários, fóruns, trazer especialistas para discutir a matéria. A partir daí, então, vamos decidir se a melhor maneira é mexer na nossa Constituição e como inserir essa discussão na História de Minas Gerais e do Brasil. Portanto, o meu encaminhamento é contrário, sem perdermos a proposta dos autores. Interessa-nos muito a ocupação feita no Norte de Minas, que também é histórica no território de Minas e no território brasileiro. Mas essa discussão precisa ser ampliada e feita com pessoas especializadas nessa matéria. Além disso, podemos inserir na discussão da Assembleia Legislativa vários outros temas de ocupação no Estado de Minas Gerais, em tempos anteriores, de outros povos. Como tratar a questão dos povos e das nações indígenas de Minas Gerais? Hoje, oito são reconhecidas, mas podemos ter mais. E os quilombolas? Há várias matérias em construção, mas não devemos determinar, por meio da Constituição, quem é quem.

Fez muito bem o Deputado Bonifácio Mourão, a quem rendo minhas homenagens. Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Luiz Henrique.

O Deputado Luiz Henrique\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa que nos assiste, meu caro amigo Deputado João Leite, professor de História, aliás, doutor em história; Deputado Bonifácio Mourão, como dizia Guimarães Rosa, Minas são muitas. Fui relator e signatário da PEC nº 21. O que é essa PEC nº 21? O que significa o dia 8 de dezembro, que estamos colocando para a



apreciação dos nobres pares como data magna do Estado de Minas Gerais? Na realidade, a História muda e está mudando a cada dia. Há um autor que diz que a história pode começar hoje e continuar amanhã. E o que defendemos hoje, Luizinho, é a justiça ao chamado Movimento Catrumano. Por uma razão: Matias Cardoso, um bandeirante que descobriu e fundou a cidade de Morrinhos, hoje, Matias Cardoso, em 1695, criou a primeira igreja de Minas Gerais, que está lá, naquele Município, Deputado João Leite. Essa igreja foi inaugurada no dia 8/12/1695. Foi a primeira igreja de Minas Gerais. A primeira luta pela liberdade de Minas e do Brasil que ocorreu no Estado chama-se Inconfidência Brejina e foi liderada por Maria da Cruz, casada com o filho de Matias Cardoso, Januário Cardoso. Hoje, essa Minas, que tem a tradição das Minas e dos Gerais, já possui duas datas magnas: 21 de abril, Dia de Tiradentes, e 16 de julho. Agora, defendemos a data de 8 de dezembro, Deputado Carlin Moura, para fazer justiça à verdadeira história de Minas Gerais.

Concordo com o Deputado João Leite que essa discussão tem de ser ampliada, mas, durante a minha relatoria, trouxemos a esta Casa o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais para participar dessa discussão e inúmeros historiadores, que defenderam essa ideia de se fazer justiça a nossa Minas, que é muito grande, que é abissal. Só existiram as minas da mata atlântica por causa do cerrado e dos currais do Rio São Francisco. Hoje coloco-me como defensor da PEC nº 21. Se não pudermos votá-la em breve, faremos uma discussão maior, Deputado João Leite. Tenho certeza de que você mudará de opinião, porque é um estudioso da história. Precisamos fazer valer a verdadeira história de Minas Gerais e reconhecer que Minas, de fato, são muitas e merece o nosso reconhecimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura\* - Ilustre Presidente, Deputado José Henrique; Deputado Luiz Henrique, que me antecedeu; Deputado João Leite; demais Deputados; o nosso encaminhamento é pela aprovação da PEC nº 21, que propõe, como muito bem disse o Deputado Luiz Henrique, que o dia 8 de dezembro seja uma data magna com a transferência simbólica da Capital de Minas Gerais para a cidade de Matias Cardoso. Então, passaríamos a ter três datas magnas fundamentais no Estado: o dia 21 de abril, em que a Capital é simbolicamente transferida para Ouro Preto; o dia 16 de julho, Dia do Estado de Minas Gerais, em que a Capital é simbolicamente transferida para a cidade de Mariana; e, uma vez aprovada a PEC nº 21, o do dia 8 de dezembro, com a transferência simbólica da Capital para a cidade de Matias Cardoso. Sr. Presidente, nossa compreensão é que essa proposta de emenda à Constituição, ao contrário do entendimento do ilustre Deputado João Leite, vem coroar a história de Minas Gerais, vem referendar a história da fundação deste grande Estado, as origens deste grande Estado, a Capitania de Minas Gerais e, posteriormente, o Estado de Minas Gerais. A Capitania de Minas Gerais foi reconhecida formalmente em 1720.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito interessante que a formação e o reconhecimento do Estado de Minas Gerais decorreram do processo de colonização e ocupação de nossas terras. A grande questão é que houve dois movimentos distintos de ocupação das terras dos Gerais, das Minas do ouro. Houve um movimento que partiu do Sul, especialmente da Capitania de São Paulo. Esse movimento foi coordenado e liberado pelos vicentinos paulistas, que foram os primeiros a chegar às minas de Cataguases e, posteriormente, até a parte mais próxima de Mariana, Ouro Preto e Congonhas do Campo. O outro movimento foi de cunho agropastoril, o chamado Currais da Bahia, aquela colonização que começou na margem esquerda do Rio São Francisco, onde hoje está a cidade de Matias Cardoso. Essa margem esquerda do Rio São Francisco foi bem lembrada por aquele que mais consegue simbolizar a mineiridade, o grande escritor Guimarães Rosa. No livro "Grande Sertão: Veredas", a margem esquerda do São Francisco é sempre mencionada. Nesse livro, a batalha final de Riobaldo se dá em uma área imaginária chamada Liso do Sussuarão, região que começa à margem esquerda do Rio São Francisco, em Matias Cardoso, indo até o sertão da Bahia, mostrando a riqueza daquela região. O Liso do Sussuarão, na prática, não existe, mas é uma simbologia forte do que é aquela região.

A colonização que partiu dali, com grande presença de baianos, teve, além da figura do bandeirante Matias Cardoso, que passou a ser o nome do Município, que antigamente era conhecido como comunidade de Morrinhos, também abrigava outro grande homem, sertanista, chamado Manuel Nunes Viana. Justamente esse homem do sertão, dos Gerais, também veio para as minas de ouro de Congonhas do Campo, de Caeté. Veio para cá esse trabalhador do norte, agropastoril, esse sertanejo, esse homem do campo, para explorar as minas de ouro e construir a riqueza de Minas Gerais. Isso gerou o maior conflito armado da história deste Estado, a chamada Guerra dos Emboabas. Foi um conflito de colonização entre os homens do sertão, do Norte, e os homens do Sul.

A Guerra dos Emboabas teve seu início em 1701 e acabou em 1709. Sua vitória é que oficializou a criação da Capitania de Minas Gerais em 1720. A colonização de Minas Gerais é uma junção harmônica e, às vezes, conflituosa desses dois povoamentos: dos homens, dos trabalhadores e das trabalhadoras do sertão dos Gerais, de natureza mais agropastoril, e dos homens do Sul, especialmente os paulistas. Referendar o dia 8 de dezembro é coroar a história. A tramitação dessa PEC não é novidade nesta Casa, Deputado Luiz Henrique, vem desde a legislatura passada. Vários debates já foram feitos. A própria Assembleia Legislativa de Minas Gerais se encarregou de fazer publicações. A revista de estudos científicos e políticos da Casa dedicou uma edição inteira à história de Minas Gerais. A TV Assembleia, por intermédio do canal educativo, tem dedicado grande parte da sua programação para resgatar a história de Minas Gerais, que passa pela história dos Gerais e do sertão. Isso é reconhecido.

A fundamentação do texto mostra grandes historiadores que referendam esse movimento. Por exemplo, o Frei Vicente, de Salvador, em sua obra "História do Brasil 1500-1627", disponível na internet, no sítio da Biblioteca Nacional, noticia as entradas que se fizeram a partir das margens do Rio São Francisco, demonstrando o paulatino desbravamento dos sertões pela extensão das capitanias envolvidas, da criação de currais de gado e da formação de extensas áreas de plantio. Também a obra de Simeão Ribeiro Pires, "Raízes de Minas Gerais", confirma a constituição de imensas áreas agricultáveis na segunda metade do século XVI, no ano de 1500 a 1600, e disserta que inegavelmente a primeira região mineira a ser povoada foi justamente o Norte de Minas Gerais, com os currais de gado dos Rios São Francisco e Verde. Posteriormente, na fundamentação, fica claro que, segundo levantamentos históricos, o bandeirante paulista Matias Cardoso de Almeida fundou, entre 1663 e 1666, a primeira povoação de Minas Gerais, o Arraial de Morrinhos, atual Município de Matias Cardoso. Salomão de Vasconcellos, em sua obra sobre o bandeirismo, calcula o ano da fundação de Morrinhos a partir de uma telha encontrada na igreja matriz, datada de 1703.

Portanto, essa PEC nº 21 está coroada pela história de Minas Gerais. É com muita convicção que sou favorável à aprovação da PEC, especialmente, Sr. Presidente, após a visita que fizemos, na segunda-feira, à cidade de Manga, junto com o Deputado Paulo Guedes. Manga fica ao lado de Matias Cardoso. Aliás, eu já conhecia aquela região pela história e pela literatura de Guimarães Rosa. Cada dia mais ficamos convencidos de que é muito importante a aprovação da PEC nº 21 para o homem do sertão, o sertanejo trabalhador, de coragem e de raça. Estamos encaminhando favoravelmente à criação do Dia dos Gerais, a ser comemorado no dia 8 de dezembro, com a transferência simbólica da Capital para a nossa querida Matias Cardoso, ao lado do Rio São Francisco.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores que, na manhã de hoje, estão tendo uma verdadeira aula de história mineira a distância, em primeiro lugar, havia solicitado declaração de voto para a PEC anterior, mas, como havia intenção de votar a PEC nº 21/2011, abri mão da declaração de voto para não prejudicar aqueles que, como eu, querem aprovar a PEC nº 21.

Antes de entrar na discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, quero agradecer aos Deputados e Deputadas a aprovação, por unanimidade, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, que teve parecer favorável já na Comissão Especial. Quero agradecer ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ao Deputado Adelmo Carneiro Leão e à Deputada Rosângela Reis, que foi relatora. A proposta de emenda à Constituição incluí o inciso XII no art. 2º, nos objetivos principais do Estado, que se refere à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais e regionais. Tivemos, na Constituição de 1988, a inclusão desse inciso já na sua promulgação. A Constituição de 1988 coloca, como objetivo fundamental da República, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sócias e regionais. A Constituição Estadual também recebe os nossos elogios, pois teve vários avanços. Na época, o relator foi o Deputado Bonifácio Mourão, sendo um dos assessores o atual Governador Anastasia. Contudo, sabemos que há uma dinâmica nas políticas públicas e nos movimentos da sociedade, e, hoje, a Assembleia Legislativa atualiza a nossa Constituição Estadual em um dos aspectos que considero mais fundamental, principalmente para um Estado como Minas Gerais.

Participamos das 12 etapas regionais do seminário “Pobreza e desigualdade” e queremos abrir um parêntese para agradecer ao Presidente Deputado Dinis Pinheiro e aos servidores da Assembleia Legislativa. Ontem, aliás, faria esse agradecimento da tribuna, pois estava inscrito para isso. Agradeço o empenho dos servidores em todos esses eventos institucionais, manifestando a nossa posição favorável ao reajuste, ao projeto que, com certeza, em breve será votado na Casa. Contudo, como na ordem das inscrições não fui contemplado, quero aqui reafirmar esse compromisso, até porque considero um equívoco de segmentos da sociedade desvalorizarem o papel do Legislativo, não só dos Deputados, mas também dos seus servidores, como se eles fossem privilegiados e marajás. Acho que isso é uma incorreção que se soma também a essa pouca credibilidade do Poder Legislativo, em geral.

Assim, agradecendo aos servidores, quero dizer que, nesses eventos institucionais, percebemos essa diversidade e essa desigualdade. Há Municípios em Minas Gerais e regiões com PIB “per capita” de R\$21.000,00 e outros Municípios e regiões com PIB “per capita” de R\$5.000,00 e R\$4.000,00; Municípios com cobertura de água e esgoto de 90% e 80% e Municípios com 65% e 69%; algumas regiões com cobertura de recolhimento de resíduos sólidos de 70% e outras com cobertura de 15%, 20% e 25%; regiões com empregos de qualidade e outras onde 30 ou 40 mil pessoas saem, todos os anos, das cidades para o corte de cana e a colheita de café, em outros Estados. Então, é muito importante que o Estado - e, quando falamos Estado, não é o governo do Estado, mas o Estado de Minas Gerais, com suas forças vivas, a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário, o Poder Executivo, os Municípios e a sociedade - coloque como pano de fundo, como objetivo fundamental da sua existência a erradicação da pobreza. Hoje a proposta é que a Assembleia Legislativa discuta os temas sintonizada com os objetivos nacionais da Presidente Dilma - e há o aval do Governador Anastasia -, para que, até 2014, seja superada a pobreza extrema em Minas Gerais, onde quase 1 milhão de pessoas não recebem até R\$70,00 por mês. Assim, a Assembleia Legislativa está de parabéns, pois mobilizamos mais de 4 mil pessoas e 350 Municípios. Já recolhemos 617 propostas nas reuniões e consultas públicas. Hoje se encerram as inscrições para o seminário legislativo, que ocorrerá nos dias 24, 25 e 26 de outubro. Já totalizamos quase 700 inscrições, chegamos praticamente ao limite máximo de participações, mas ainda restam algumas vagas. Com certeza extrairemos desse seminário um conjunto de propostas a serem incorporadas ao Plano Plurianual de Ação Governamental, à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e também aos projetos em tramitação. Estamos acompanhando a discussão do projeto Bolsa Reciclagem, do Presidente da Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que é fundamental para os catadores de materiais recicláveis. Há a proposta de emenda à Constituição que coloca como princípio jurídico maior do Estado esse objetivo estratégico de erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais. Além desses, o Governador encaminhou a esta Casa o projeto relativo ao Fundo de Erradicação da Miséria - FEM -, que está na Comissão de Constituição e Justiça. Sou relator da matéria, é um projeto importante. Teremos de enfrentar aqui a discussão sobre a origem dos recursos para combater a pobreza. Quero fazer esse debate no Plenário, no momento adequado, porque não adianta criar o fundo se não houver recurso. Para haver política pública social, há que se ter a fonte da receita, que não aparece de modo mágico; ela vem de algum lugar, de algum segmento da sociedade.

É muito importante que a Assembleia dê esse passo, como fez hoje, colocando na nossa Carta Maior - ainda vamos votar em 2º turno - esse princípio civilizatório e humanitário de erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais. Há um aspecto importante: na análise dos projetos, sobretudo na Comissão de Constituição e Justiça, quando existe um princípio maior e geral como esse, abrem-se possibilidades para muitos projetos e iniciativas terem essa chamada guarida constitucional.

Mais uma vez, agradeço aos Deputados e Deputadas, fazendo um convite a todos e a todas. Na próxima segunda-feira iniciaremos o seminário legislativo para a superação da pobreza e da desigualdade em Minas Gerais. Agradeço a todos os milhares de mineiros e mineiras que participaram dessas 12 etapas regionais e também a toda a Mesa Diretora, sobretudo ao Presidente Dinis Pinheiro, que deu um apoio fundamental à realização desse evento.

Também sou favorável, Sr. Presidente, à Proposta de Emenda à Constituição nº 21. Os aspectos históricos já foram relatados, mas a história também se faz de símbolos e da dimensão da cultura. É muito importante que a combinação das Minas, das Gerais e também dessa diversidade econômica e cultural seja retratada no reconhecimento da nossa história. A história de Minas não pode ser

simplesmente a história da mineração, pois sabemos que, para sustentar a atividade minerária, foi fundamental a participação de outras regiões produtoras de um bem fundamental para a existência do ser humano e da atividade econômica, que é o alimento.

Sem me aprofundar nos aspectos históricos, pois não me restou tempo para isso, quero dizer que somos favoráveis à matéria, Deputado Luiz Henrique, sem nenhum demérito para outras regiões. Pelo contrário, sou nascido na região Central de Minas Gerais, no Quadrilátero Ferrífero, mas, seja pela questão histórica, seja pela cultural, seja pela simbólica, temos de resgatar esse compromisso com o semiárido mineiro, não em nome de um desejo, mas em nome da história, que mostra que essa região teve um papel fundamental na ocupação do território mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **Questões de Ordem**

O Deputado Rômulo Viegas - Sr. Presidente e demais Deputados, neste curto espaço de tempo, trago um esclarecimento extremamente importante. Ontem o Senador Aécio Neves apresentou uma proposta para melhorar a arrecadação com a exploração de minério em Minas Gerais. Darei um exemplo comparativo do que ocorreu ontem. De acordo com a proposta do governo federal, o Município receberia 65% sobre os 3%, o que daria R\$1.950.000,00. Com a proposta do Senador Aécio Neves, o Município receberia 50%, mas sobre os 5%, o que daria R\$2.500.000,00. Temos de prestar esse esclarecimento, pois, às vezes, a notícia vem de forma distorcida, dando a entender que o nosso Senador Aécio Neves estaria prejudicando o Município, o que não é verdade. Ontem acompanhamos atentamente a proposta do Senador de fazer essa modificação, que diz respeito à arrecadação dos recursos com a exploração mineral. Essa proposta aumenta a compensação financeira paga aos Municípios com atividade mineral, muda a base de cálculo dos "royalties" da mineração e estabelece o mesmo tratamento dado aos "royalties" do petróleo. A alíquota máxima para a compensação financeira por essa exploração passaria dos atuais 3% do faturamento líquido para 5% do faturamento bruto das mineradoras. Essa diferença tem de estar muito bem explicada, pois, lamentavelmente, alguns integrantes do governo federal, do PT, veiculam na mídia que essa proposta prejudica os Municípios. Pelo contrário, essa proposta beneficiará muito os Municípios e os Estados, para que tenhamos condições de melhorar a arrecadação desses entes federados e realizarmos as obras que a nossa sociedade tanto demanda. Lamento que, em Brasília e até mesmo aqui, alguns integrantes do governo federal e da Oposição levam o debate político para as questões pessoais. A implicância com o Senador Aécio Neves é lamentável. Temos de esclarecer que o Senador tem um histórico político dos mais expressivos. Ele foi Deputado Federal por 16 anos, Presidente da Câmara Federal e Governador por dois mandatos, com votação expressiva. Agora nos honra no Senado, com um trabalho altamente significativo a favor de Minas Gerais, sobretudo da população mineira. Parabéns-o e tenho certeza de que fazem o mesmo os parlamentares que aqui se encontram, como os Deputados Luiz Henrique e Doutor Viana, que sabem disso muito bem. O Deputado Luiz Henrique esteve também ontem em Brasília para acompanhar essa proposição do Senador Aécio Neves. Mais uma vez, repito: vocês, que nos acompanham, tomem cuidado com as informações falsas. Procurem saber a verdade. A proposta do Senador Aécio Neves, como acabei de demonstrar, melhora muito a arrecadação dos Municípios e dos Estados, trazendo benefícios a toda a população. De público, congratulo-me com o Senador Aécio Neves e envio-lhe um abraço, na certeza de que, cada vez mais, continuará defendendo os interesses de Minas Gerais e do nosso país. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente e Srs. Deputados, uso o microfone da Assembleia Legislativa para externar, por meio da TV Assembleia, a tristeza que tocou profundamente o nosso coração com o falecimento de um grande homem público, ícone da respeitabilidade, da ética, dos bons costumes e dos valores morais, que orgulha a política da região central de Minas Gerais e do nosso país. Refiro-me ao falecimento do Sr. Afrânio Avelar, ex-Prefeito de Sete Lagoas, ocorrido ontem. Foi uma pessoa realmente reconhecida por todos, exemplo de ser humano digno, honrado, quer na vida política, quer na vida familiar, quer na vida empresarial. Ele sempre se destacou pela honradez, pelo caráter, pela forma correta de exercer plenamente a sua vida. O falecimento do Dr. Afrânio Avelar deixa uma lacuna muito grande. Ele era de Sete Lagoas, mas todos nós da Região Central e que participamos de atividades de sua vida lamentamos. O Dr. Afrânio deixa um exemplo da mais alta positividade. Sete Lagoas, a região Central de Minas, Minas Gerais e todo o Brasil estão menores. Quero manifestar essas condolências, na Assembleia Legislativa, pela amizade e respeito que tínhamos por ele. Temos muito firmeza e muita tranquilidade ao fazer essa manifestação. Não estamos aqui para agradar ninguém que não seja por merecimento. Fica a nossa gratidão. Cumprimentamos a família enlutada. Nós, que somos seus amigos, guardaremos eternas saudades. Agradecemos a Deus pela sua vida e por tudo que ele fez, representou e deixou como exemplo. Fica aqui o nosso sentimento cristão de conforto aos familiares, principalmente. Um abraço de despedida ao nosso querido amigo, Afrânio Avelar.

O Deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, também venho a esta Casa comunicar que recebemos, com muita tristeza, a notícia da morte do ex-Prefeito de Sete Lagoas, ex-Presidente da Embrapa e ex-Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura. Infelizmente, Sete Lagoas, a Região Central do Estado e toda Minas Gerais perdem um dos maiores exemplos de vida pública, que foi o nosso querido Dr. Afrânio Avelar. O Dr. Afrânio registrou seu grande trabalho como homem público, dando-nos exemplo de amizade, de ética, de visão, de honestidade. Foi o gestor público que, com certeza, mais contribuiu para que Sete Lagoas chegasse à posição que chegou hoje. Sete Lagoas perde muito, e não poderíamos deixar de registrar a perda de um homem que prestou um grande serviço a toda a Região Central do Estado de Minas Gerais. Fica aqui o nosso sentimento a todo povo sete-lagoano pela passagem do Dr. Afrânio Avelar, que deixará muita saudade e um exemplo a ser seguido por todo homem público, tanto de Oposição quanto da Situação. Solicito a esta Casa que envie condolências à família enlutada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Luiz Henrique - Sr. Presidente, ontem, tive a honra de participar, em Brasília, de uma audiência pública realizada no Senado Federal. Nessa audiência, solicitada pelos Senadores Aécio Neves e Flexa Ribeiro, foi discutido o "royalty" do minério. Ficamos muito satisfeitos em participar da audiência, porque a arrecadação dos Municípios mineiros vai subir significativamente, caso a emenda do Senador Aécio Neves seja aprovada. Ficamos muito felizes em saber que a Cefem será taxada a 5%, o que promoverá um aumento da arrecadação dos Municípios. O Senador deixou claro que esperou muito tempo pelo marco regulatório da mineração. Como esse marco não saiu, eles partiram para essa proposição, que, com certeza, vai ser aprovada, o que é muito



importante para Minas Gerais, Pará e outros Estados mineiros. Sr. Presidente, na semana passada, participei do I Festival de História do Brasil, realizado na minha querida Diamantina. Aproveito esta oportunidade para parabenizar os organizadores na pessoa do Américo Antunes. Com a realização desse festival, discutimos a nossa história, como discutimos hoje a Proposta de Emenda Constitucional nº 21, que faz justiça à história. Realmente, a história está em mutação, os estudos são muito necessários. Não tinha conhecimento do Movimento Catrumano até 10 anos atrás. Conforme os estudos feitos por João Batista Costa e Simeão Ribeiro Pires, o nosso Estado começou realmente nos Gerais, na beira do Rio São Francisco. Por isso, quando discutimos e aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, criamos mais uma data magna no Estado, ou seja, estamos unindo Minas e Gerais. Não estamos separando as Minas, estamos fazendo história entre uma Minas e a outra, Minas e Gerais, porque somos várias Minas. A união de todas consolida o povo mineiro. Obrigado.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

## **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/10/2011**

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária da Casa Civil e de Relações Institucionais, prestando informações relativas ao requerimento nº 792/2011, publicado no “Diário do Legislativo” em 14/10/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.676/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Tenente Lúcio, Rômulo Viegas e Ulysses Gomes em que solicitam seja convidada a Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico para debater questões relativas a acordos comerciais a serem negociados entre o Estado de Minas Gerais e os países que compõem o Bric; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo a realização de Seminário sobre os Centros de Treinamentos de Seleções no Município de Extrema; Rômulo Viegas em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para discutir questões relativas a exigências feitas pela Fifa que geram intervenção direta no domínio econômico privado no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente – Elismar Prado.

## **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 9h7min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o direito de propriedade dos membros da Comunidade Quilombola dos Luízes, localizada nesta Capital, e a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Livia Lúcia Oliveira Borba, Juíza de Direito, prestando informações sobre o andamento do processo nº 0123.08.026.704-0, no qual figura como réu Rubens Teodoro da Costa e como vítima Renata Patrícia de Carvalho; do Ten.-Cel. PM Marco Antônio Bicalho, Subcorregedor da Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais, solicitando o encaminhamento das notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão; Fernando da Costa Tourinho Neto, Conselheiro do CNJ, solicitando o encaminhamento das notas taquigráficas da 43ª Reunião Extraordinária desta Comissão e de relatório com a identificação dos adolescentes que, nos últimos três anos, morreram enquanto cumpriam medida de internação no Estado; José Antônio Rodrigues de Oliveira solicitando providências em face de ocorrência envolvendo a Central Madeiras Ltda. e o Município de Mirabela, uma vez que o Prefeito Municipal teria concedido, arbitrariamente, alvará de funcionamento a uma serraria, permitindo seu funcionamento em local residencial; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Miriam de Oliveira Galuppo, Delegada-Geral de Polícia da Assessoria de Polícia Interestadual; dos Srs. Ivan Cavalcanti Gonçalves, Chefe da Assessoria; Jadir Silva, Presidente do TJMG; Almir Geraldo Guimarães, Promotor de Justiça; Carlos Alberto Júnior, Ouvidor da Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial (1º/10/2011); das Sras. Mara Lúcia Silva Dourado, 3ª Promotora de Justiça; Nívia Mônica da Silva, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil e de Relações Institucionais; do Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; dos Srs. Jairo Lellis Filho, Delegado-Geral de Polícia; Gustavo de Castro Magalhães, Secretário-Geral da Governadoria; do

Cel. PM Divino Pereira de Brito, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG (14/10/2011). Registra-se a presença da Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS) e dos Deputados Paulo Lamac, Luiz Carlos Miranda, Adelmo Carneiro Leão e Sargento Rodrigues. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ilcelena de Souza Queiroz, Defensora Pública Federal, representando Giêdra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública da União; Valéria Regina Neves Coelho, Gerente de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, representando José Wilson Ricardo, Secretário Municipal; Miriam Aprígio Pereira, membro do Conselho de Promoção da Igualdade Racial e do Quilombo dos Luízes; Silmara Cristina Goulart, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; dos Srs. Antônio Carlos da Silva, gestor do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Inkra, representando Carlos Alberto Menezes Calazans, Superintendente Regional do Inkra em Minas Gerais; Argemiro Borges Cardoso, advogado da Patrimar Engenharia Ltda., representando Patrícia Maria Bernardino, Gerente Administrativa, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.289/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.097/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3) em que solicita sejam encaminhados à Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República as notas taquigráficas da 56ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências para que faça uma visita ao Município de Araxá, a fim de averiguar denúncias apresentadas por ex-gestores da Fundação Cultural de Araxá de que teriam sido vítima de perseguição religiosa pelo Ministério Público local; sejam encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Centro de Apoio Operacional, ao Terceiro Setor e à Corregedoria do Ministério Público Estadual e à Promotoria de Direitos Humanos da Comarca de Araxá as notas taquigráficas da 56ª Reunião Extraordinária desta Comissão, a documentação entregue nessa ocasião e pedidos de providências para que apurem as denúncias apresentadas por ex-gestores da Fundação Cultural de Araxá de que teriam sido vítima de perseguição religiosa pelo Ministério Público local, e pedido de providências aos órgãos mencionados para que seja investigada denúncia apresentada pelos ex-gestores da Fundação Cultural de Araxá de que o marido da Promotora de Justiça e Curadora de Fundações na Comarca teria prestado, irregularmente, serviços à aludida Fundação, no período em que a entidade não estava sob a administração dos autores da denúncia; sejam encaminhadas à Defensoria Pública da União em Minas Gerais, ao Inkra, à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, à Procuradoria da República em Minas Gerais, à Secretaria Nacional de Igualdade Racial, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Presidente da República as notas taquigráficas desta reunião para conhecimento da discussão a respeito dos direitos da Comunidade Quilombola dos Luízes, localizada nesta Capital, ameaçada pela especulação imobiliária; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Pompéu para obter esclarecimentos quanto aos inúmeros incêndios a residências que vêm ocorrendo na região; Liza Prado, Maria Tereza Lara e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para discutir e obter esclarecimentos sobre a implantação e o funcionamento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação dos direitos humanos na América Latina. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

### **ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 10h15min, comparece na Associação dos Moradores Beneficente Comunitária Vida Melhor do Bairro Pedra Branca, no Município de São Joaquim de Bicas, o Deputado Célio Moreira, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação da estação de tratamento de esgoto - ETE - no Município de São Joaquim de Bicas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Mariana Lima Moura, analista ambiental, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Terezinha de Souza, Presidente da Associação dos Moradores Beneficente Comunitária Vida Melhor do Bairro Pedra Branca; e os Srs. Marco Tulio Silveira de Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de São Joaquim de Bicas; Amauri Ribeiro da Silva, Secretário Municipal de Obras de São Joaquim de Bicas; Cristiano Silva de Carvalho, Secretário Municipal de Meio Ambiente de São Joaquim de Bicas; Hermes Evaristo dos Reis, engenheiro de projetos; e Vicente Seabra da Rocha, gerente do Distrito de Betim, representando o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa; e Cristalino Rodrigues Chaves Costa, Presidente da Associação Comunitária do Bairro Estância do Paraopeba e Bairro Planalto, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2011.



Célio Moreira, Presidente – Luzia Ferreira – Gustavo Corrêa – Duarte Bechir.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.054/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de informações sobre os procedimentos administrativos e legais pertinentes à aprovação de loteamentos fechados, caracterizados como condomínios. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.055/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado à Feam pedido de informações sobre o grau de pureza da água, objeto de tratamento de esgoto, no Município de Vazante. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.057/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Meio Ambiente cópia dos documentos que menciona e pedido de informações sobre a regularidade ambiental do empreendimento Porto de Areia Minas Ltda., de propriedade do Sr. Jefferson Benedito Rennó, de que trata o laudo pericial do Instituto Estadual de Florestas datado de 17/9/2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.061/2011, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Fundação Hemominas pedido de informações sobre a contratação da Clínica Cuidar Ltda. para vacinação dos servidores dessa Fundação contra a gripe, bem como sobre o valor do contrato e o valor unitário de cada vacina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.063/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre o cronograma de implantação do programa Caminhos de Minas no trecho de 40km da MG-231 entre os Municípios de Cordisburgo e Santana de Pirapama. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.065/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao IEF pedido de informações sobre as indenizações referentes à criação do Parque Estadual da Serra Negra, apresentando as que já foram efetuadas e o cronograma para o efetivo pagamento das indenizações restantes, e sobre a existência de documentação pendente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.107/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de cópia do relatório das condições atuais e de manutenção das pequenas centrais hidrelétricas existentes na área da unidade da empresa Novelis do Brasil Ltda., em Ouro Preto; dos contratos firmados entre a Cemig e a referida Empresa; do relatório da quantidade de energia da Cemig consumida mensalmente pela unidade da empresa no Município de Ouro Preto nos últimos 20 anos; do relatório do valor cobrado pela Cemig no fornecimento de energia para essa unidade nos últimos 20 anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.108/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Feam pedido de cópias dos últimos relatórios e estudos acerca dos impactos ambientais causados pelo funcionamento da empresa Novelis do Brasil Ltda. em Ouro Preto; do passivo ambiental dessa empresa; do estado atual de conservação e manutenção das barragens de rejeitos, bem como do grau de risco de cada uma delas; e da poluição e qualidade do ar, da água e do solo no entorno da unidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.112/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhados à Secretaria de Fazenda as notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária dessa Comissão e pedido de informações sobre as taxas cobradas desde 2005 para o licenciamento e o emplacamento de veículos novos e usados, bem como as eventuais diferenças no tratamento dispensado às pessoas jurídicas e físicas que buscam tais serviços. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.175/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Turismo pedido de informações sobre o acesso de empreendedores privados a recursos do Fundo de Assistência ao Turismo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



## 2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011, do Deputado André Quintão e outros, que acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.980, de 13/1/2006, e a Lei nº 15.981, de 16/1/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.266/2011, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira – Fecifim. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.378/2011, do Deputado Carlos Mosconi, que altera o art. 1º parágrafo único, da Lei nº 15.904, de 15/12/2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.912/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a cobrança indevida de valores por prestadores de serviços de natureza continuada. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1e 2, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.111/2011, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Orizânia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.291/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Tiago o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.292/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por meio de venda, os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.353/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São João del-Rei o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.390/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.448/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/10/2011**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.699/2011, do Deputado Anselmo José Domingos.

Finalidade: debater a construção da Estação de Tratamento de Esgoto no Bairro Beira Rio, situado na divisa dos Municípios de São Gonçalo do Abaeté e Três Marias.

Discussão e votação de proposições da Comissão.





**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 12 e 235/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.714/2011 e 1.753/2011, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 85/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.469/2011, do Deputado Antônio Júlio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.336 e 2.442/2011, do Governador do Estado; 502/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.082, 1.084, 1.088 e 1.219/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira; 1.570/2011, das Deputadas Luzia Ferreira, Ana Maria Resende, Liza Prado, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis; 1.983/2011, do Deputado Bruno Siqueira; 2.060/2011, do Deputado Carlos Henrique; 2.249/2011, do Governador do Estado; 2.285/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.391/2011, do Tribunal de Justiça; 2.525/2011, do Deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.431/2011, do Deputado Arlen Santiago; 2.432/2011, do Deputado Deiró Marra; 2.455/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.456/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.464/2011, do Deputado Carlin Moura; 2.465/2011, do Deputado Doutor Viana; 2.467/2011, da Deputada Liza Prado; 2.473/2011, do Deputado Doutor Wilson Batista; 2.474 e 2.483/2011, do Deputado Adalclever Lopes; 2.486/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.492/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/10/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.705/2011, do Deputado Bosco, e 1.709/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/10/2011****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.443/2011, do Deputado João Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.018/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.353/2011, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.756/2011, do Deputado Elismar Prado.

Finalidade: enaltecer os policiais militares lotados no 36º BPM em razão de seu brilhante desempenho em operação de combate ao tráfico de drogas no Bairro Visão, no Município de Lagoa Santa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/10/2011****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.715/2011, do Deputado Doutor Viana; 1.752/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 1.754/2011, do Deputado Tenente Lúcio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/10/2011****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.273/2011, do Deputado Duílio de Castro; 2.287/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.314/2011, do Deputado Fabiano Tolentino.

Requerimentos nºs 1.636/2011, do Deputado Jayro Lessa; 1.637/2011, do Deputado Bonifácio Mourão; 1.720 e 1.755/2011, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 26/10/2011****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: discutir os casos de meningite tipo C notificados no Município de Ouro Branco; e discutir e votar proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/10/2011****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos n.ºs 1.716/2011, do Deputado Doutor Viana; 1.717/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.  
Debate, com convidados, sobre a realização das obras de ligação entre a BR-356 e a MG-030.  
Discussão e votação de proposições da Comissão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 25/10/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; e 25/2011, do Deputado André Quintão e outros, que acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei n.ºs 1.378/2011, do Deputado Carlos Mosconi, que altera o art. 1º, parágrafo único, da Lei n.º 15.904, de 15/12/2005; 1.912/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a cobrança indevida de valores por prestadoras de serviços de natureza continuada; 2.111/2011, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Orizânia o imóvel que especifica; 2.243/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei n.º 15.980, de 13/1/2006, e a Lei n.º 15.981, de 16/1/2006; 2.266/2011, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual para a Cidadania Fiscal Mineira - Fecifim; 2.291/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Tiago o imóvel que especifica; 2.292/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por meio de venda, os imóveis que especifica; 2.353/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São João del-Rei o imóvel que especifica; 2.390/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências; e 2.448/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei n.º 6.763, de 26/12/75; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 16/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Leite, Bosco, Sargento Rodrigues e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição n.º 16/2011, do Deputado Romeu Queiroz e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2011.

Duilio de Castro, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2011, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 8/2011, do Tribunal de Contas, para o 1º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 2.336, 2.442, 2.444, 2.447, 2.449 a 2.452/2011, do Governador do Estado, 2.122/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Resolução n.º 2.599/2011, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.

Zé Maia, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública, com convidados, a ser realizada em 25/10/2011, às 14 horas, no salão da Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, no Município de Monte Belo, com a finalidade de debater a exploração de areia no Rio Muzambo e os possíveis danos ambientais decorrentes de tal atividade e de discutir e votar proposições da Comissão.



Sala das Comissões, 19 de outubro de 2011.  
Almir Paraca, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Deiró Marra, Gilberto Abramo e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 25/10/2011, às 14h45min e às 20h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.  
Duarte Bechir, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição Nº 18/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bosco, Carlin Moura, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/10/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 2º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.  
Luiz Henrique, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para a reunião a ser realizada em 27/10/2011, às 9 horas, no casarão-sede do Parque Estadual da Serra do Cabral, no Município de Buenópolis, com a finalidade de debater questões relativas ao meio ambiente e ao turismo no referido Parque, área de preservação permanente, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.  
Célio Moreira, Presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.393/2011

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência Relatório

De autoria do Deputado Zé Maia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Capinópolis, com sede nesse Município.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.393/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – de Capinópolis, com sede nesse Município, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo lutar pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Na consecução de seu propósito, a instituição promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; realiza ações de prevenção, orientação e apoio às famílias e atua na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência.

Além disso, compila e divulga informações e normas referentes ao tema, incentiva a realização de estatísticas, estudos e pesquisas; presta serviços gratuitos; empreende programas de educação, saúde, assistência social, esporte e lazer, visando à inclusão social da pessoa com deficiência; e coordena e executa os objetivos e programas da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes.

Tendo em vista o relevante trabalho social realizado pela Apae de Capinópolis em defesa das pessoas com deficiência, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.393/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.

Marques Abreu, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.599/2011**

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

#### **Relatório**

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto de resolução em epígrafe ratifica o Convênio nº 81/2011, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5/8/2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 21/10/2011, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 17, combinado com o art. 103, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Convênio nº 81/2011 autoriza os Estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins e o Distrito Federal a reduzir ou não exigir juros e multas relativos ao não pagamento do ICMS decorrente das prestações dos serviços de comunicação, tais como serviços de valor adicionado, serviços de meios de telecomunicação, serviços de conectividade, serviços avançados de internet, locação ou contratação de porta, utilização de segmento espacial satelital, disponibilização de endereço IP, disponibilização ou locação de equipamentos, de infraestrutura ou de componentes que sirvam de meio necessário para a prestação de serviços de transmissão de dados, voz sobre IP (voip), imagem e internet, independentemente da denominação que lhes seja dada, realizadas até a data do termo inicial de vigência do convênio. O convênio autoriza também concessão de remissão parcial do ICMS incidente sobre as prestações de serviços de comunicação acima referidas, relativamente a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2010.

A celebração do convênio foi comunicada pelo Governador do Estado por meio da Mensagem nº 113/2011, publicada no "Diário do Legislativo" em 21/9/2011. Nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 17, após a publicação, foi a mensagem encaminhada à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, recebendo parecer que concluiu pela edição de projeto de resolução que ratifica o ato do Governador do Estado.

Cabe informar que a referida mensagem tem como fundamento o disposto no § 4º do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, e no art. 1º, "caput", da Lei Complementar Federal nº 24, de 7/1/75. Nos termos do § 4º do art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências, o convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado, na forma que dispuser a lei complementar que trata dos convênios que revogarem ou concederem incentivos e benefícios fiscais. A referida lei, Lei Complementar Federal nº 24, de 1975, estabelece em seu art. 1º que as isenções do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal. Conforme o parágrafo único desse artigo, o disposto também se aplica à redução da base de cálculo; à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; à concessão de crédito presumido e a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no ICMS, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.599/2011, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.

Zé Maia, relator.

## **PARECER PARA O 2º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25/2011**

### **Comissão Especial**

#### **Relatório**

De autoria de mais de um terço dos membros da Assembleia Legislativa e tendo como primeiro signatário o Deputado André Quintão, a proposição em epígrafe acrescenta o inciso XII ao art. 2º da Constituição do Estado.

Aprovada em 1º turno na forma apresentada, a proposição retorna a esta Comissão Especial para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 111, I, "a", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposição em epígrafe visa a acrescentar a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais aos objetivos prioritários do Estado relacionados no art. 2º da Constituição.

Em 1º turno, esta Comissão, fundamentada na concepção de que a função do Estado, além de preservar a segurança dos indivíduos e de proteger as liberdades individuais, consiste essencialmente em promover condições que garantam a dignidade humana, considerou oportuno e necessário incluir, nas disposições preliminares do texto constitucional, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais entre os objetivos prioritários do Estado.



Como argumentado no 1º turno, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais já são inscritos no inciso III do art. 3º da Constituição Federal de 1988 como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. A definição desses objetivos extrapola a enunciação de princípios, ganhando contornos de uma função programática, com o objetivo de prescrever ao Estado ações em favor da realização desses princípios.

Esta Casa tem assumido, ao longo dos anos, posicionamentos que reafirmam a importância desse tema para conduzir a intervenção estatal. Destacam-se as intervenções realizadas nas leis do ciclo orçamentário, a exemplo da discussão e elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2004-2007, atividades promovidas pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pela Comissão de Participação Popular. Naquela ocasião, por força de emendas populares, foi criado o programa estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, que reúne ações relativas à proteção social a esses grupos. Na revisão do PPAG, realizada em 2006, também por meio de emendas populares, o referido programa foi transformado em área de resultado estratégica, denominada Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva. A partir de então, a política de enfrentamento à pobreza no Estado tem sido articulada por essa área de resultado.

Em 2011, o tema tem sido debatido nesta Casa em importantes eventos, com destaque para o “Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade”, ainda em andamento, que, além de discutir o problema no Estado e avaliar as políticas públicas direcionadas à superação da pobreza e das desigualdades, visa propor ações e subsidiar a atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e a elaboração do PPAG 2012-2015 no que diz respeito à erradicação da pobreza e das desigualdades.

Assim, ao aprovar a proposição em análise, a Assembleia impõe a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades como princípio norteador da atuação governamental, o que é fundamental para concentrar compromissos na elaboração de políticas mais efetivas no enfrentamento desses graves problemas que persistem em nosso Estado. Reafirmamos, desse modo, posicionamento favorável à proposição.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente – Adelmo Carneiro Leão, relator – Luiz Henrique.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 18/10/2011

O Deputado Pinduca Ferreira\* - Galeria, imprensa, TV Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, boa tarde a todos.

Falarei como começou a minha carreira política. Em 1988, obtive 240 votos. Meu bairro elegeu dois Vereadores. Em 1992, obtive 769 votos, e empatei com o Deputado Rômulo e com Alice Figueiredo. Então, houve empate entre três. Em 1996, fui o Vereador mais votado de Betim, com 2.033 votos. Resolvi candidatar-me a Deputado Estadual em 1998, quando obtive 20.285 votos pelo PMN. O Dalmo Ribeiro ficou perdido, com medo do PMN, pensando numa mudança de legenda. Vinha para o PMDB, para o PSB, para o PSDB, para o PP. O meu amigo Deputado Dalmo Ribeiro, naquele instante, foi para o PSDB. O Pinduca foi para o PP, encarar o Luiz Fernando Faria, Gil Pereira e Alberto Pinto Coelho, que hoje é nosso Vice-Governador e Presidente do PP em Minas.

Em 2000, eu era suplente. Em outubro desse ano, saiu a vaga. Ronaldo Canabrava ganhou a Prefeitura de Sete Lagoas. Eu, naquele momento, já era Deputado, e ele tomaria posse como Prefeito. Eu era Vice do Carlaile, Vice-Prefeito de Betim. Fui eleito para Vice. Eu tinha um mandato de Vereador que terminava em 31 de dezembro. Em outubro, Pinduca era 3 em 1, pelo que agradeço a Deus e ao povo de Betim, que confiou em meu trabalho social.

Carlaile foi um bom Prefeito para Betim, mas perdeu as eleições de 1988, de 1992 e de 1996. Ele ganhou, com Pinduca, nos anos de 2000 e 2004. A periferia, onde se encontra meu povo, não conhecia Carlaile, que era do centro de Betim, da elite. Carlaile foi eleito em 2000 e em 2004. Em 2008, Pinduca não servia mais. Então, o PT ganhou em Betim.

Nós tiramos o PP em 2000, e como o Pinduca não seria mais candidato em 2008, a Prefeita atual ganhou a eleição para a Prefeitura de Betim. Hoje, Deus no céu e meu povo na terra, o PP é o segundo partido em Betim - há 18 partidos. Nove partidos apoiam Carlaile e seis apoiam a Prefeita Maria do Carmo. E nós do PP, Deus e o povo, vamos encarar a Prefeitura de Betim, porque hoje há segundo turno lá. São 250 mil eleitores. A terceira via é importante, e o meu povo quer a terceira via. Meu povo quer uma saúde melhor, uma melhor segurança, uma melhor educação, um melhor salário para funcionário público. Então, gente, o PP vai encarar a Prefeitura em 2012, se Deus quiser. O PP é independente em Betim. No segundo turno o PP apoia o PSDB, mas, no primeiro turno, o PP sairá com chapa completa.

Quero agradecer primeiro a Deus, às mães evangélicas de Betim e de Minas Gerais que oraram para mim, e às mães católicas que rezavam para o Pinduca 24 horas. Foi injusta a minha cassação, foi política. Eu não era candidato em 2008 e estava com o registro cassado em 2008. Vejam que falha enorme. Perseguição política. Hoje, em Betim, os políticos, em vez de se preocuparem com o povo, preocupam-se com coisas com que não devem se preocupar, com o Pinduca.

Fiquei sete meses fora da Assembleia injustamente, porque não pus dinheiro na cueca nem usei dinheiro público. Só porque tenho 20 ambulâncias para transportar as pessoas que estão entevadas na cama, com derrame, com infarto, em cadeiras de rodas. Isso é cassar? Coisas em que o governo federal não ajuda o governo estadual nem o municipal. Gente, isso é uma pouca vergonha. Tem que

vir dinheiro de lá para o governo estadual aplicar aqui. E as cidades, e os Prefeitos, como estão passando? A saúde está ruim. Cadê o dinheiro? As maiores arrecadações de Minas vão para o governo federal. Vai isso, e volta aquilo, gente.

Deus é grande, e estou de volta para trabalhar para meu povo. Fica todo mundo com Deus. Não adianta falar bonito, o Pinduca faz. Dinheiro do povo se gasta com o povo. Quem faz hoje, faz amanhã e sempre, e quem não fez no passado não fará no futuro. PP lança chapa de Vereador. Em Betim há só três chapas de Vereadores completas. Desafio todos os partidos, e são 18 partidos. O PP tem candidato sobrando porque é do povo. Fiquem com Deus, gente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bruno Siqueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, público presente, servidores desta Casa Legislativa. Subo à tribuna hoje primeiramente para fazer um comentário a respeito da posição dos servidores desta Casa, que solicitam um reajuste em seus salários. Sabemos que hoje o nosso país está com problemas sérios em relação à inflação, que começa a assustar a população brasileira. Temos problemas seríssimos no Primeiro Mundo, na Europa, nos Estados Unidos, consequentemente o Brasil está sofrendo uma pressão externa que pode refletir em sua economia. Nos últimos meses tivemos problemas seríssimos em relação à inflação, e com isso verificamos que o salário da população brasileira está se deteriorando se comparado com o de alguns meses ou anos atrás. Portanto, essa reivindicação dos servidores da Assembleia Legislativa é muito justa, porque não considero que isso seja sequer um aumento, e sim um reajuste de poder aquisitivo. Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que a Mesa desta Casa, com sensibilidade, juntamente com os Deputados, aprovará esse projeto o mais rápido possível. Isso será muito importante para que os servidores continuem trabalhando com seriedade e competência, fazendo deste Legislativo um exemplo para todo o Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que gostaria de tratar nesta tarde de terça-feira diz respeito à PEC que será votada no Congresso Nacional, o veto do Presidente Lula em relação aos "royalties". Conteí com o apoio de todos os parlamentares desta Casa para implantar a Frente Parlamentar O Petróleo Também é Nosso. Por que propusemos essa frente no início deste ano? Por saber que todas as cidades brasileiras precisam muito dos recursos dos "royalties" do petróleo. Infelizmente, a imprensa nacional, principalmente a do Rio de Janeiro, onde se concentram os grandes meios de comunicação do Brasil, costuma dizer que existem Estados produtores de petróleo. Faço uma pergunta: como podem existir Estados produtores do petróleo, que sairá do pré-sal, se esse produto está no mar? Segundo a Constituição Federal, amigos Deputados e Deputadas, o mar pertence à União, e não aos Estados. Dessa forma, não existe Estado produtor de petróleo, não há por que os recursos do "royalty" do petróleo irem apenas para os Estados banhados pelo mar, como o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Na minha opinião, Minas Gerais e outros Estados da Federação precisam lutar e muito para terem esses recursos fundamentais para o nosso desenvolvimento e para o desenvolvimento dos pequenos Municípios mineiros. Se aprovado o texto original do PLS 448, os Municípios com até 10 mil habitantes que recebem R\$85.561,00 de "royalties" passarão a ganhar R\$744.000,00. Já o repasse para as cidades de até 13.500 habitantes passará de R\$114.000,00 para R\$1.000.000,00. Hoje, esses recursos são mais destinados às cidades do litoral fluminense. E essas cidades se desenvolvem, têm abundância de dinheiro. Em Minas, verificamos problemas na área da saúde, falta dinheiro para aumentar o salário dos professores municipais, enfim, para o desenvolvimento.

Acredito ser muito importante reivindicar aos Deputados Federais e Senadores mineiros e lutar para derrubar o veto dos "royalties" do petróleo, propondo a redistribuição dos recursos. Os Estados que se consideram produtores têm procurado parlamentares mineiros dizendo que temos os "royalties" do minério. Temos de aumentar esses "royalties", derivados do solo mineiro, da terra mineira, das cidades mineiras. A exploração de minério causa diversos problemas, como poluição, doença e sujeira. As cidades prejudicadas devem ter os recursos do minério depositados nos seus cofres. Como eu disse, os recursos do "royalty" do petróleo estão no mar e não prejudicam os Estados próximos, salvo se ocorrer algum acidente ambiental. Quando ocorre um acidente ambiental, há uma punição para as empresas que exploram esse petróleo. Dessa forma, essas empresas têm como compensar qualquer acidente ocorrido no litoral fluminense ou no capixaba.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Bruno Siqueira. Gostaria de dizer a V. Exa. que seu pensamento está em plena harmonia com o da maioria dos Deputados desta Assembleia. Entendemos que a reivindicação salarial dos servidores do Legislativo é mais que justa. Iremos apoiá-la, porque, como V. Exa. disse, não é um aumento, mas uma reposição salarial.

Ao falar dos "royalties" do petróleo, lembramos também uma preocupação com os "royalties" da mineração, principalmente no tocante às dívidas dos Estados e Municípios. Disse, várias vezes, desta tribuna - e V. Exa., como municipalista, sabe muito bem disso -, que, na atual situação dos Municípios brasileiros, se não houver uma revisão da distribuição de recursos por parte da União nesse contexto, teremos sérios problemas. Hoje a imprensa divulgou que as prefeituras da Espanha estão solicitando aos moradores que assumam atividades de atribuições específicas da prefeitura, como limpeza de rua e coleta de lixo, em função da grave crise que aquele país está passando. Com certeza, essas crises chegarão ao Brasil.

Como fui Prefeito e sou servidor público federal, sei que a questão histórica do reajuste do salário do funcionalismo público nas três esferas de governo - federal, estadual e municipal -, é fundamental. A correção salarial precisa ser feita, pois é histórica. Os nossos servidores são qualificados e os Municípios brasileiros precisam contar com uma burocracia eficiente para atender as demandas. É hora de fazermos uma mobilização no Congresso, junto aos Deputados Federais e Senadores, tendo em vista a discussão desse tema importante dos "royalties" da distribuição. Outro dia, vi o Senador Lindbergh Farias, do Rio, defender - é claro - com muita ênfase, a questão do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, o Brasil é composto não apenas de um Estado, mas de vários Estados e Municípios. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

O Deputado Bruno Siqueira - Agradeço ao Deputado Rômulo Viegas e concedo aparte ao nobre amigo, Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Bruno Siqueira. Parabenizo V. Exa., pois traz à tribuna um tema de grande importância para o nosso Estado. Como Deputado Federal, na legislatura passada acompanhei a discussão sobre esse assunto em Brasília e me posicionei, em todos os momentos, pela municipalidade. Sabemos que os Municípios sofrem muito. Como diria Milton Nascimento, "o Brasil não é só litoral". Ele diz que ficar de frente para o mar e de costas para o resto do Brasil não fará deste



lugar um bom país. E é verdade! Devemos pensar na Federação tanto em relação aos “royalties” do petróleo, para que os Estados tenham condições de fazer investimentos em educação, saúde, ciência e tecnologia, quanto em relação ao marco regulatório da mineração. Hoje o setor da mineração não recolhe praticamente nada aos cofres públicos. No setor de serviços essenciais, como a energia elétrica, o consumidor residencial paga 42% de ICMS, sem falar dos impostos federais, que somam quase 60%. Enquanto isso, o setor do minério não paga praticamente nada. Precisamos rever, sim, tanto o marco regulatório do setor mineral quanto os “royalties” do petróleo.

Parabenizo V. Exa. e aproveito a oportunidade para declarar o nosso apoio ao reajuste dos servidores desta Casa. A última mobilização dos servidores do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais ocorreu em 2000, ou seja, há 11 anos. Na última quinta-feira, o Deputado Weliton Prado esteve na assembleia geral dos servidores. Da mesma forma, apoiamos a luta dos trabalhadores de todos os segmentos. Foi assim na luta em defesa dos trabalhadores da educação, na luta em defesa dos trabalhadores da saúde, na luta em defesa dos trabalhadores da segurança pública, e assim será na defesa dos servidores desta Casa, por merecimento, pelo trabalho fundamental que desenvolvem, dando suporte ao trabalho de todos os Deputados desta Casa. Sua atuação é de extrema relevância para o desenvolvimento do Estado de Minas. Declaro o apoio do PT, dos nossos Deputados, à luta dos servidores desta Casa, para que esse projeto venha a Plenário com urgência. Os funcionários desta Casa estão fazendo uma mobilização legítima e merecem que esta Casa vote o projeto o mais rápido possível, a fim de reajustar e corrigir as perdas acumuladas ao longo dos últimos anos.

Deputado Bruno Siqueira, quero parabenizar V. Exa. e declarar o nosso apoio irrestrito e incondicional à luta dos servidores do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Bruno Siqueira - Deputado Elismar Prado, obrigado. Antes de conceder aparte ao nobre Deputado Alencar da Silveira Jr., só gostaria de dar um exemplo. O Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, diz que fazem uma covardia com o Estado de Rio de Janeiro. É o contrário, pois é o Rio de Janeiro que faz covardia com Minas Gerais. Como tem abundância de recursos provenientes dos “royalties” do petróleo, o Estado do Rio reduz o seu ICMS, retirando as empresas e os empregos de Minas Gerais, fazendo com que nosso Estado tenha de competir numa guerra fiscal, que, aliás, o STF considerou inconstitucional. Esperamos que ela acabe para o bem de todos os Estados da Federação.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado Bruno Siqueira, parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. Como membro da Casa e, acima de tudo, da Mesa da Assembleia, quero reafirmar o compromisso dela com os funcionários desta Casa. Tivemos a oportunidade de realizar várias reuniões com o Sindicato. Ontem deixamos claro que o processo está sendo bem conduzido. Ao lado do Presidente e do Vice-Presidente, tivemos a oportunidade de mostrar a atitude tomada pela Mesa, que entende o anseio e vê com bons olhos a reivindicação dos funcionários. Na minha concepção, entendo que o problema está resolvido. Não adianta correr atrás da folha de pagamento desta Casa, mostrando que aqui se ganha um valor muito maior do que o do pessoal do Executivo e mesmo assim ainda se está reivindicando aumento. Não podemos levar a discussão para esse lado. Os funcionários fazem suas reivindicações com justiça. Cada um quer o melhor, quer um salário melhor. Então, quando fazemos uma manifestação... Foi dito que há 11 anos não havia... Deputado Bruno Siqueira, a Casa sempre entendeu que faz...

Peço a colaboração dos meus colegas jornalistas que buscam essa comparação. Não podemos comparar a remuneração dos funcionários desta Casa com a dos funcionários do Estado, do Ministério Público e do Judiciário. Do contrário, veremos sempre diferenças. Gostaria que houvesse remuneração justa para todos. Os funcionários desta Casa estão reivindicando um direito deles. Então os companheiros de imprensa não podem levar para esse lado. Quando veem as galerias cheias de funcionários da Assembleia e ouvem os companheiros do lado de fora criticarem e solicitarem aumento de salário, dizem: “Esperem aí! Quanto ganha um membro da TV Assembleia, que V. Exa. criou, Deputado? Aqui um jornalista ganha um valor e, no Estado, outro”. Não queremos nivelar. Um colega de imprensa disse este absurdo: “Então, vamos nivelar e dar o mesmo salário para todos no Estado”. Quer dizer, devemos dar aos funcionários da Assembleia Legislativa o mesmo salário que é dado aos do Estado. Então, o que acontece? Não podemos levar para esse lado.

Mais uma vez, deixo aqui o compromisso da Mesa da Assembleia por melhor remuneração e um salário digno. Aonde vou, costume dizer que esta Assembleia Legislativa possui o melhor corpo de funcionários do Brasil. Além disso, temos uma Assembleia exemplar que deve dar uma remuneração justa aos trabalhos realizados por seus funcionários.

Faço aqui um apelo e digo aos funcionários desta Casa que cumpriremos o que foi acertado com o Sindicato. Aos companheiros de imprensa, peço que não desvirtuem a solicitação. Deputado Bruno Siqueira, muito obrigado.

O Deputado Bruno Siqueira - Agradeço-lhe o aparte, Deputado Alencar da Silveira Jr. Nós o parabenizamos pelas palavras. Acredito que a imprensa mineira sabe a diferença que há entre os Poderes, que têm orçamentos diferenciados e, dessa forma, carreiras diferenciadas. Existem setores em que se ganha mais que na Assembleia Legislativa, mas existem, infelizmente, locais em que as remunerações são inferiores às da Assembleia Legislativa. Temos de cuidar da nossa Casa. Quando há reivindicações de outros Poderes, temos de avaliá-las, analisá-las e votá-las com consciência. O importante é que possamos garantir que o nosso Estado ofereça a seus cidadãos os melhores serviços possíveis.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaria de convidar os funcionários desta Casa, todos os mineiros, para a solenidade que se realizará na quinta-feira. Vários amigos do interior de Minas e da Capital mineira me solicitaram, e eu solicitei a concessão de título para a cantora baiana Ivete Sangalo. Trata-se de solicitação feita a mim, a pedido dos mineiros, porque ela é uma cantora que se apresenta no interior do Estado, onde muitas vezes as Prefeituras precisam levar público, recursos e desenvolvimento por meio do turismo de eventos. Assim, fizemos essa solicitação, que foi aprovada pelos Deputados. Queremos prestigiar uma cantora baiana, que se considera mineira, para que ela continue levando o turismo de eventos para as cidades mineiras, assim como o fez na semana passada, quando esteve na minha cidade, Juiz de Fora, com um “show” belíssimo. Dessa forma, com os hotéis cheios, assim como os restaurantes, conseguimos fazer com que a economia local se movimente. Por isso apresentamos tal solicitação à Assembleia, que a aprovou, fazendo com que essa cantora baiana se torne também uma cantora mineira, divulgando o nosso Estado, o nosso turismo de eventos, a nossa Capital, as nossas pequenas cidades.





Esta Casa está convidada para essa solenidade, simples, mas que será aberta a todas as pessoas. Muito obrigado. Boa tarde.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fred Costa\* - Boa tarde a todos e a todas. Em que pese a confusão que paira, e de forma recorrente, tenho de responder que não tem qualquer tipo de origem na minha família política, muito antes pelo contrário. Neste momento me dirijo aos servidores desta Casa falando com o coração, já que meu pai foi seu servidor durante aproximadamente 35 anos, onde atuou como Consultor. Já faleceu há 10 anos. Sou testemunha do quanto esses vêm se esmerando para o bom andamento dos trabalhos legislativos aqui, na Assembleia. Esta Casa é reconhecida não só em Belo Horizonte e em Minas Gerais por ter uma douta assessoria. Recordo-me de que, pelos seis anos em que estive na Câmara Municipal de Belo Horizonte, por reiteradas vezes, essa Casa, quando surgia alguma dúvida, recorria à assessoria da Assembleia Legislativa para que pudesse dirimir tal dúvida.

Nesse sentido também quero lamentar o histórico no nosso país de querer atribuir as mazelas aos servidores públicos. Isso, no meu entendimento, é uma covardia, sobretudo de políticos que teimam em cometer crime de improbidade administrativa e acabam entregando, no colo daqueles que não têm como se manifestar, todas as consequências que acabam acarretando em pioria da qualidade de vida do cidadão.

Vou além, em um passado recente, tivemos um Presidente da República que, fazendo apologia em caçar marajás, atribuiu a todos os servidores públicos esse estigma mentiroso e falacioso, já que, mesmo naquela época, esse fato era uma exceção à regra. Ele acabou sendo eleito Presidente da República, e ao resultado todos assistimos: acabou cassado por cometer crime de improbidade administrativa.

Quero então, corroborando com as palavras de todos aqueles que me antecederam e com a liberdade atribuída pelo nosso competente Líder Mourão, em nome do nosso Bloco Transparência e Resultados, dizer que somos integralmente favoráveis ao reajuste. Deixo registrado que isso não é aumento, é tão somente um reajuste. Aliás, não podemos continuar a esperá-lo, porque daqui a pouco esses 9,90% vão necessitar ser 20%. É inadmissível que continuemos a preterir esses servidores em detrimento de tantos outros que vêm prestando um bom serviço no Estado. Não que os outros não mereçam, merecem sim e devem ser bem remunerados. Todavia, pelo fato de os servidores da Assembleia estarem tão próximos de nós, isso não pode ser subterfúgio para serem relegados a segundo plano. Portanto, tenho certeza de que esta Mesa, que vem conduzindo com galhardia e competência os trabalhos à frente desta Assembleia Legislativa, fará o possível para que votemos, de forma mais célere, esse justo reajuste.

Para terminar minha fala com relação a esse assunto, parabeno e felicito todos os servidores. De certa forma, para mim este momento é algo que me toca pelo fato de lembrar-me do meu pai. Mais do que isso, tenho de ser sincero, gera até suspeição da minha parte, mas desejo a todos sucesso nesta luta e tenham em mim um parceiro.

Já que me restam 6 minutos e 50 segundos, quero trazer mais uma vez aos nobres pares a minha preocupação com relação à frente parlamentar que lidero. Graças a Deus, com essa Frente Parlamentar Pró-Metrô, estamos colhendo frutos benéficos para a cidade de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Recentemente a Presidenta Dilma veio a Belo Horizonte e anunciou politicamente que iria liberar recursos do governo federal, que perfazem aproximadamente R\$1.800.000.000,00. Junto a esse recurso, quero lembrar que há R\$380.000.000,00 do governo do Estado de Minas Gerais, fundamentais para viabilizar esse sonho tão aguardado há mais de 10 anos pelos belo-horizontinos e mineiros: a expansão e modernização do nosso metrô. Se não fosse o Governador Anastasia assumir a responsabilidade da estadualização e promover o consórcio com as cidades de Contagem, de Betim e de Belo Horizonte, isso não seria possível. Lembro ainda que Belo Horizonte ainda entrará com R\$200.000.000,00 de parcerias público-privadas, viabilizada também pelo Governador Anastasia, e outros R\$1.200.000.000,00, perfazendo aproximadamente R\$3.200.000.000,00.

Alerto os nobres pares de que, apesar de toda a pirotecnia política usada nesse anúncio, até o presente momento o governo federal não apresentou para quem de direito – o governo do Estado de Minas Gerais - a reposta oficial sobre o que será atribuído à Belo Horizonte, à Contagem, à Betim e ao Estado de Minas Gerais para a modernização e expansão do metrô. Mais do que isso, causa-me estranheza que entre o que pleiteamos e o que foi anunciado haja uma diferença de R\$380.000.000,00, exatamente o valor da expansão de Venda Nova ao Centro Administrativo. Será que, por uma disputa política, pelo fato de a Presidenta ser do PT, os servidores da Cidade Administrativa serão prejudicados? Estou aguardando a resposta oficial; se isso for verdade, Minas Gerais tem de dar uma resposta ao governo federal, pois disputas políticas não podem sobrepor-se ao bem-estar social e impor sacrifícios no dia a dia dos servidores públicos deste Estado, que precisam do metrô.

Antes de conceder aparte ao nobre par Dalmo Ribeiro Silva, quero lembrar que, nesses 10 anos em que o governo federal virou as costas para o Estado de Minas Gerais com relação aos recursos para o metrô, ficamos com maquinários obsoletos. Como consequência, nos últimos dois meses nosso metrô teve sua operação paralisada por cinco vezes, prejudicando todos os usuários. É inadmissível que esse recurso não seja rapidamente colocado nos cofres públicos, para darmos início aos processos de modernização e expansão. O trabalho da nossa frente não vai parar: vamos fiscalizar a todo momento o bom uso desse recurso público.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Fred Costa. Quero parabenizá-lo por seu pronunciamento, fazendo coro com V. Exa. sobre o nosso apreço aos valorosos servidores desta Casa, que, como bem disse V. Exa, é a melhor Casa Legislativa do Brasil. Certamente, todos nos sentimos orgulhos de ter em Minas Gerais uma Assembleia Legislativa que tem dado sustentabilidade ao processo legislativo, o que, sem dúvida, se deve muito aos nossos valorosos e incansáveis servidores. Temos conversado muito com o Presidente Dinis Pinheiro e com a Mesa sobre esse projeto, e temos certeza de que, antes mesmo do Dia do Funcionário Público, os parlamentares vão aprová-lo por unanimidade, em homenagem aos nossos valorosos servidores.

O segundo assunto que V. Exa. abordou foi a frente parlamentar que V. Exa. lidera com tanto brilho nesta Casa, o que já fez em condições invejáveis na Câmara Municipal, pois V. Exa. realiza esse trabalho há anos. Hoje, como disse por várias vezes, é uma grata revelação sua atuação neste Legislativo, empunhando também essa bandeira do metrô. Com certeza, V. Exa. é o nosso comandante nesse processo e na discussão maior com o governo federal, para fazer com que seja respeitado acima de tudo o projeto de Minas Gerais para seu progresso e desenvolvimento. Parabeno o ilustre Deputado. Obrigado.



O Deputado Fred Costa\* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, agradeço suas palavras elogiosas e gostaria de lhe dizer que a admiração não só é recíproca, pois vou além. V. Exa. é um espelho para mim. Queira eu trilhar um caminho de serviços prestados ao Estado de Minas Gerais como V. Exa. bem vem fazendo ao longo de seus mandatos nesta Casa. Parabéns pelo seu trabalho.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que mobilidade urbana é uma questão de bem-estar social, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, logo, a proteção ao meio ambiente é também uma questão fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de Belo Horizonte e Região Metropolitana. A cidade de Xangai, que tem o maior metrô do mundo, com 420Km de extensão, dá-nos uma lição a partir do momento que se compromete até o ano de 2020 em finalizar 877Km de metrô. Na verdade, esse deve ser um exercício contínuo de todos gestores públicos do Executivo e do Legislativo. Dessa forma, a nossa frente parlamentar continuará o trabalho, buscando aprimorar, melhorar a condição de mobilidade urbana das grandes e médias cidades do nosso Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. pela compreensão e por ter-me cedido mais tempo para que pudesse finalizar o meu raciocínio. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores telespectadores da TV Assembleia, também gostaria de manifestar meu apoio e solidariedade aos servidores desta Casa. O meu partido é o PT, o Deputado Rogério Correia é o Líder, e faz parte de nossa história a defesa dos trabalhadores do País. Aliás, essa luta está no nome: Partido dos Trabalhadores. Gostaria de dizer que ter qualidade de vida e melhor remuneração é uma luta de todos os trabalhadores, também dos servidores da Assembleia. Falando como Líder da Minoria, como membro da Oposição, apoiamos essa luta e queremos aprovar o projeto, pois ele é justo.

Gostaria ainda de falar sobre a negociação, mas antes concederei aparte ao Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Serei breve, ilustre companheiro Pompílio Canavez. Gostaria de agradecer-lhe a concessão do aparte.

Retornei à tribuna porque tentei me inscrever para falar em um tempo de 15 minutos. Na verdade, os nossos servidores merecem que nos manifestemos durante muito mais do que 15 minutos; no entanto, anteriormente lhes disse que aguardaríamos mais esta semana, porque o processo avança, aliás, V. Exa. ainda abordará aqui também a questão dos professores. No entanto, acredito que semana que vem já seja um prazo razoável para que o Presidente Dinis Pinheiro inclua em pauta o projeto de resolução. O que os servidores estão fazendo é algo legítimo, transparente e democrático, por isso precisam ter a atenção de seus Deputados. A decisão é nossa. O Deputado Durval Ângelo lembrou muito bem que é preciso que o Sr. Presidente convoque uma reunião da Mesa da Assembleia juntamente com o Colégio de Líderes, que assessora o nosso Presidente.

Como Líder do PDT, falo em nome da minha bancada, e vários Deputados já se manifestaram. Portanto espero que o Sr. Presidente possa, até quinta-feira, convocar a Mesa e o Colégio de Líderes para uma reunião, a fim de tratar do projeto de resolução do reajuste dos servidores desta Casa. Aí, sim, entenderemos que há celeridade maior no processo.

Como disse aqui, nesta semana não farei obstrução e na próxima, acredito que já teremos aqui o projeto. Caso contrário, pensaremos em outros mecanismos democráticos e regimentais.

Cumprimento V. Exa. por abordar um assunto que é nosso. Não há como os Deputados desta Casa fugirem do assunto, é um problema de Deputado. Afinal de contas, quem conduz o destino da Assembleia é uma Mesa que nós elegemos. A Mesa e o Colégio de Líderes precisam assessorar o Presidente para que esse projeto seja posto em votação o mais breve possível.

Obrigado a V. Exa., que certamente divulgará notícias para os nossos professores.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Quero dar uma informação aos professores, aos trabalhadores da educação do Estado: houve ontem uma reunião de negociação entre a Secretária de Planejamento, a Secretária de Educação, Ana Lúcia Gazzola, o Secretário de Governo, Danilo de Castro, e o Sind-UTE, coordenado pela combativa Profa. Beatriz, com a mediação de oito parlamentares desta Casa, entre os quais este Deputado. Tenho participado de todas as negociações, junto com o Deputado Rogério Correia, pelo PT, mas participam também os Deputados Antônio Júlio, Adalclever Lopes, João Leite, Cássio Soares, Sebastião Costa e Duarte Bechir. Temos funcionado como mediadores entre o governo do Estado e os educadores. Ontem, Deputado Rômulo Viegas, realmente foi estabelecido um processo de negociação, do qual quase nos tornamos expectadores, somente atuando nos momentos mais importantes, como deve ser. Esta Casa montou uma comissão para mediar, acompanhar, sugerir e ajudar, e isso tem dado resultado. Ontem houve desejo de negociação por parte dos educadores e também por parte do governo; claro, conflitos houve, e discussões mais acaloradas. Mas também houve entendimentos, e é assim que deve ser, e é assim que tem sido.

Ontem conseguimos resolver questões relativas aos dias parados e à anistia aos servidores que participaram da greve, havendo esforço muito grande por parte de todos, especialmente por parte dos parlamentares. Conseguimos chegar a consenso sobre a forma do pagamento dos dias parados e da reposição desses dias. Claro que não é o melhor dos mundos; claro que não foi por isso que os professores lutaram por tanto tempo, 113 dias; claro que também não é o que o governo queria, mas trata-se de uma negociação, e ela só está se dando pela interferência da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Isso é muito importante.

Todos aqui têm manifestado solidariedade aos servidores da Assembleia. Praticamente não há um dia sequer nesta Casa em que não haja trabalhadores buscando amparo, apoio e auxílio para solucionar pendências trabalhistas e salariais.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Pompílio Canavez, meu conterrâneo da querida cidade de São João del-Rei. Parabenizo V. Exa. e estendo os cumprimentos aos demais Deputados que compõem essa comissão, tão importante e necessária, porque são boas as notícias, divulgadas por meio dos pronunciamentos de V. Exa. e também do Líder da Minoria, Deputado Rogério Correia, de que as coisas estão avançando e a situação está melhorando. Ficamos muito felizes. Quando o embate se torna técnico ou muito burocrático, é necessário o envolvimento da classe política. V. Exa. e os demais Deputados que compõem a comissão de representantes do Parlamento mineiro estão de parabéns. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Concedo aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva..

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - (- Falha no microfone.) ...temos acompanhado com muita apreensão. Passamos dias difíceis - o Parlamento, o Estado de Minas Gerais, a educação, todos os Deputados - e vejo o avanço com que o governo do Estado, com a participação da Assembleia Legislativa e das nossas Secretárias, tem costurado esse acordo tão importante para Minas Gerais. Vejo o papel da Assembleia, pois discutimos, construímos propostas, ouvimos todos os servidores que aqui estiveram por longos dias em uma vigília que impressionou todos nós. Essa sensibilidade foi externada na formatação dessa proposta, na sensibilidade do Governador, que abriu a negociação, das Secretárias Gazzola e Renata Vilhena, e de todos que estão participando efetivamente dessa negociação, sob o comando do Secretário Danilo de Castro.

Isso nos dá uma tranquilidade muito grande, porque as partes estão dialogando e buscando o bom-senso para todos nós. Com certeza, muito em breve teremos um entendimento, com a participação forte de V. Exa., pela sua experiência como ex-Prefeito. Em nome da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, ficamos muito sensibilizados, buscando o que há de melhor, o entendimento. Parabéns.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado. Concederei aparte ao Deputado Rogério Correia, que tem tido um papel fundamental na negociação entre o Estado e os educadores. Na segunda-feira, teremos uma rodada importante de negociações, e aí, sim, teremos que exercitar muito o papel da negociação. Fui Presidente do Sindicato dos Bancários, V. Exa. foi sindicalista e sabe muito bem disso.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Deputado Pompílio Canavez, parabeno-o, pois o assunto ainda tem gerado muita expectativa, e os professores têm se comunicado com todos nós, Deputados, solicitando rapidez nas negociações. Quero fazer algumas observações. A primeira delas, ressaltando o que V. Exa. disse, é que tem sido fundamental o papel dos Deputados na mesa de negociação. Como intermediação e favoráveis a um acordo, até porque sabemos do prejuízo que os professores têm ao ficarem sem salário. Felizmente, ontem conseguimos fechar um acordo relativamente à negociação da reposição dos dias parados, por parte dos professores, e recebimento dos salários pelos dias não pagos em greve; e pela anistia, já anunciada pelo governo, em relação aos dias parados, que isso não tenha influência na vida funcional. Tivemos alguns avanços, mas é bom ressaltar duas outras questões. Primeiro, o processo ainda é muito moroso. Demoramos três semanas nesse ponto. Segundo, ainda não entramos na essência, isso acontecerá na segunda-feira, quando iniciaremos a discussão do motivo da greve: a instituição do piso salarial.

Então, escutando as palavras de V. Exa. e aproveitando a transmissão, ao vivo, pela TV Assembleia, pediria aos professores que se mantenham mobilizados. Há ainda uma expectativa muito grande com relação ao que acontecerá. O clima na comissão de negociação modificou-se, do início até agora, favoravelmente ao diálogo, e esperamos que isso permaneça. Mas é sempre bom lembrar que foram necessários praticamente 113 dias de greve, com ocupação do Plenário, com professor em greve de fome e com várias outras situações, inclusive algumas em que tivemos que intermediar para que coisas piores não acontecessem. Tomara que o clima seja de negociação, e não aquele anterior à greve. Parabéns pelo papel que V. Exa. tem desempenhado com todos nós na comissão de negociação.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado. Para concluir, quero lembrar a minha querida cidade, Alfenas, que completou 142 anos nessa semana. Parabeno o Prefeito Luizinho e todos os alfenenses, que comemoram com muita alegria o aniversário da cidade. Estive lá, participando ativamente de todas as festividades e comemorando com o povo de Alfenas, pois a cidade está se desenvolvendo.

O Prefeito Luizinho está fazendo um grande governo, que tem uma marca fortíssima, a preocupação social, que está levando a nossa cidade ao 3º lugar no IDH do Estado. Recentemente a Fundação João Pinheiro realizou uma pesquisa em que demonstrou que Alfenas hoje tem o 3º IDH do Estado, especialmente em decorrência dos avanços sociais. Então quero parabenizar o Prefeito Luizinho, a minha querida Alfenas e todos os alfenenses. Agradeço ao Presidente a tolerância de mais 1 minuto.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas da bancada, imprensa, telespectadores da TV Assembleia e nossos visitantes, boa tarde. Sr. Presidente, saúdo também a turma do chapéu, que está no saguão e que o Deputado João Leite está me apresentando. Um grande abraço a todos. Sejam bem-vindos com o Deputado à sala, onde a professora de Uberlândia não pôde entrar. Vocês são bem-vindos, porque não temos restrições à presença das pessoas e dos nossos convidados. Portanto sejam bem-vindos.

Sr. Presidente, requeri o tempo para discutir o projeto do Governador do Estado que cria o Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais, ou melhor, desculpem-me, altera a lei de 16/1/2006, pois o fundo já existe, e que criou o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FIndes. O projeto de lei alterará essa lei de 2006, que criou o Fundo de Equalização do Estado. Aliás, esse fundo de equalização será estendido também para áreas de atuação da Sudene. Então os Municípios do Estado compreendidos nessa área poderão ter as vantagens do fundo. É o que apregoa o projeto do Governador, a alteração de lei do Governador.

No seu § 1º do art. 6º, o projeto do Governador - aliás, alteração de lei do Governador - diz: (- Lê:) “Fica autorizada a aplicação de redutor integral ou parcial do índice de preços ou da taxa financeira a que se refere o inciso II deste artigo, garantindo-se às empresas localizadas nos Vales do Jequitinhonha, São Mateus e Mucuri e nos demais Municípios do Estado, compreendidos na área da Sudene, um fator de reajuste de, no máximo, 80% do menor índice ou taxa adotado em outras regiões do Estado”. Esse fundo então possibilitará agora aos Municípios da Sudene...

Quero adiantar a posição do PT, do PCdoB e do bloco em cujo nome falo como Líder, que é favorável a esse projeto de lei. Esse fundo de equalização tem sido subutilizado. Na verdade, poucos recursos foram destinados à lei que o criou.

Sr. Presidente e colegas Deputados, no meu primeiro mandato, Deputado Celinho do Sinttrocel, fui relator de uma CPI que fez a análise de verbas que eram desviadas do fundo. Quando dizemos desviadas, o eleitor e o nosso telespectador podem julgar, às vezes, que estamos denunciando um roubo, dizendo que alguém roubou e pôs no bolso. Não é isso. Foram desviadas da sua finalidade. Na ocasião, fui o relator dessa CPI. Eu e o Deputado Adelmo Carneiro Leão estávamos juntos. Se não me engano, naquela ocasião, o Deputado Adelmo Carneiro Leão foi o relator ou o Presidente da Comissão que averiguou a venda de um terço das ações da Cemig que o ex-Governador Eduardo Azeredo realizou. Dizemos venda porque somos muito bonzinhos, mas, na verdade, foi a entrega por



parte dele das ações da Cemig aos sócios minoritários internacionais. Na época, o Governador Azeredo fez essa bondade aos sócios minoritários - a Southern. Na ocasião, o Deputado Adelmo Carneiro Leão foi o Presidente ou o relator da Comissão. Depois, graças ao trabalho da Comissão, o Governador Itamar Franco entrou na Justiça e conseguiu reaver a Cemig para nós. Depois de todo esse procedimento, o Governador Aécio Neves - aliás, permita-me, Deputado João Leite, falar sobre ele sem ficar bravo - fez um acordo com a Light. Ao fazer isso, introduziu a Andrade Gutierrez.

O Deputado João Leite (em aparte) - V. Exa. não me deixa esquecer do mais querido.

O Deputado Rogério Correia\* - O mais sumido.

O Deputado João Leite (em aparte) - Caríssimo Deputado Rogério Correia, o mais querido está lá agora conseguindo mais recursos para Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia\* - Está no Rio de Janeiro?

O Deputado João Leite (em aparte) - Para Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia\* - Ele está no Rio de Janeiro ou em Brasília?

O Deputado João Leite (em aparte) - Não, em Brasília. Estamos todos lá. Estou atento e ouvindo o seu pronunciamento e a sua discussão.

O Deputado Rogério Correia\* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Como bem lembrado, o mais querido para o Deputado João Leite e o mais sumido para o povo de Minas Gerais. Na época, o Senador Aécio Neves fez um acordo com a Light. Ao fazer a entrega para a Light, trouxe para Minas Gerais, nesse acordo, a Andrade Gutierrez. Aliás, tenho um requerimento aprovado na Comissão de Minas e Energia para realizar esse debate. Ao entrar em Minas Gerais por meio da Cemig, a Andrade Gutierrez... Esse acordo assinado pelo mais sumido - o Senador Aécio Neves - estabelece que pelo menos 50% do lucro da Cemig terão de necessariamente ir todo ano para a Andrade Gutierrez. Se sobrar recurso, poderá ir na totalidade a cada dois anos. Por isso, Deputado Adelmo Carneiro Leão, a Cemig não faz mais investimento nem prevenção. Assim sendo, as fiações caem em Bandeira do Sul.

Deputados e Deputadas, pasmem! O coordenador do Sindieletrô denunciou que a rede estava apodrecida e que não foi a serpentina a responsável pelo desastre, mas, sim, a falta de manutenção da Cemig. Aliás, ele estava certo. Tanto é que toda a rede da cidade de Bandeira do Sul foi trocada após o acidente, num reconhecimento de que a rede estava completamente desprovida de qualquer segurança.

O Jairo, coordenador do Sindieletrô, fez a denúncia, acompanhou tal procedimento e está agora sendo processado pela direção da Cemig. Ele, juntamente com o sindicato - o Sindieletrô -, por ter feito uma denúncia sobre o que todos sabiam: a precariedade da rede da Cemig. Então, o Jairo está agora sendo processado. Mas por que essas redes não são revistas, por que não há manutenção? Porque 50% do lucro vai, todo ano, para a Andrade Gutierrez. Não há mais recurso para investimentos. Esperaram o então Governador Itamar Franco falecer e estabeleceram esse limite de 50% como mínimo, porque a cada dois anos vai mais recurso, contrariamente ao que Itamar Franco havia feito, que foi limitar esse recurso a 25% do lucro. O Deputado Adelmo Carneiro Leão foi um dos principais responsáveis por isso, porque presidiu a comissão que apurou que aquilo que foi feito contra a Cemig, por parte também do tucano Eduardo Azeredo - vender um terço das ações e entregar o comando da Cemig para os sócios minoritários - era um crime contra o Estado de Minas Gerais. Agora, Deputado Adelmo Carneiro Leão, o mais sumido, o Senador Aécio Neves, faz a mesma coisa e dá para a Andrade Gutierrez, que entrou sabe-se lá como nesse procedimento, parte desse lucro.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Quero lembrar aqui, com indignação, o acordo que foi feito na época em que os tucanos estavam na Presidência do Congresso Nacional. V. Exa. já disse quem presidia, e eu não quero aqui repetir o nome, que alguns imaginam que seja querido, mas ele não gosta tanto de Minas Gerais. Ele pode ser querido por muitos, mas querer Minas Gerais como Estado autônomo, altivo, libertário está muito longe das suas práticas. E, na época do Governador Azeredo, do Presidente FHC, resultaram vários acordos de dívidas. O próprio Azeredo disse que foi um acordo excelente para Minas Gerais. Na realidade, pode ter sido melhor do que estava, fruto das questões que vinham acontecendo sucessivamente por governos perdulários, mas foi o que resultou desse acordo de dívidas. O Senador agora se manifestou dizendo que a dívida é impagável, mas não está passando daí. Precisamos ir além. É preciso rever, refazer a dívida do Estado de Minas Gerais. De todas as dívidas do Estado, a mais séria, a mais grave, a mais alta, a que mais penaliza o Estado de Minas Gerais, qual é, Deputado Rogério Correia? A do Estado com a Cemig. Para beneficiar quem? Para beneficiar os investidores da Cemig, e não, os consumidores da Cemig; não, o povo trabalhador; não, os produtores que usam a energia da Cemig. Isso é inaceitável. Estamos vendo a proposta apresentada na criação desse Fundo, importante. É importante criarmos fundos para incentivar, recursos para o incentivo ao desenvolvimento, mas não vai sobrar dinheiro de Minas Gerais para esses investimentos se a estrutura da dívida permanecer como está. Temos de renegociar, temos de refazer essa dívida, urgentemente. E, na urgência, a maior delas, a mais urgente, a emergente é a dívida do Estado com a Cemig. São os maiores juros que o Estado paga, é a maior correção que o Estado tem. Para se ter uma ideia, essa dívida negociada, em 1995, 1998, de aproximadamente R\$600.000.000,00, hoje está acima de R\$5.000.000.000,00. E deve chegar a R\$6.000.000.000,00 até o final do ano. Essa condição é inaceitável.

Então, quero aqui apresentar essa realidade e chamar a atenção. Ouvi há pouco o Deputado João Leite dizer que o Senador está lutando por Minas. Então, que esperemos dele uma atividade muito determinada, muito comprometida no sentido de refazer essa dívida com a Cemig, de rever essa dívida. É inaceitável, é insuportável a dívida que o Estado tem com a Cemig, que só beneficia as empresas, os investidores, os que compram ações da Cemig, com a distribuição de lucros, porque Minas Gerais está em prejuízo, o Estado não está ficando com recursos para investir onde precisa, seja no Norte, seja no Vale do Mucuri, no São Francisco, seja onde for necessário.

No Triângulo Mineiro, também precisamos receber os recursos necessários para investir, promover e ampliar o desenvolvimento. Infelizmente, do jeito como os negócios de Minas são feitos, eles não servem nem atendem aos interesses do povo mineiro nem ao desenvolvimento de Minas Gerais.



O Deputado Rogério Correia\* - Quero apenas complementar as palavras de V. Exa. Estou com um requerimento para ser votado na Comissão, o qual propõe a discussão da situação atual da Cemig. Por quê? Citei o problema de Bandeira do Sul, onde várias pessoas morreram. Se não me engano, foram 13 ou 14 pessoas que faleceram naquele acidente, mas pouca importância se deu a ele. O Governador visitou Bandeira do Sul, mas as medidas que deveriam ser tomadas em relação à Cemig não o foram.

Na semana passada, ocorreu uma chuva em Belo Horizonte, grande e com ventos, mas que não foi sequer longa, e, sim, o início de uma temporada de chuvas. Vimos que Belo Horizonte ficou às escuras, bem como boa parte de Minas Gerais. Foram 2.300.000 pessoas sem luz no Estado de Minas Gerais. Mais que isso, morreu um motoqueiro, eletrocutado, atingido por um fio de alta tensão que se partiu. A moto dele foi atingida por esse fio. Os vizinhos disseram que foi uma noite de terror nesse bairro. O fio balançava para lá e para cá, houve gritos de terror, e infelizmente mais uma pessoa faleceu a partir de um cabo rompido da Cemig. Tudo bem! Pode ser mais um acidente. Mas o fato mais grave é que não foi apenas um fio partido durante o temporal em Belo Horizonte. A própria Cemig foi à imprensa esclarecer que 146 fios se partiram naquele dia em Belo Horizonte e que eles não conseguiram chegar até o local para fazer o socorro ou interromper a eletricidade nesses fios. Repito: foram 146 fios.

Qual foi a atitude que a Cemig tomou em relação a isso? Não é a primeira vez que solicitamos à Cemig informações – e até agora ela não nos informou – quanto à ação que tomará, de fato, em Minas Gerais e em Belo Horizonte, quando algo desse tipo acontecer. O que vimos a Cemig fazer até hoje? Aumentar a publicidade. É impressionante! Não sei se os Deputados ou as Deputadas já notaram isso, mas certamente o povo de Minas Gerais já percebeu. Toda vez que acontece algum problema em relação à rede elétrica, um apagão como o que ocorreu na semana passada, mortes, acidentes graves, o que vemos a empresa fazer? Ela aumenta absurdamente sua campanha publicitária, afirmando, nos meios de comunicação de Minas Gerais, que a sua energia é a melhor do Brasil. Qual é a intenção da Cemig? Fazer com que se divulguem os dados que ocorreram em menor intensidade e trocar isso por propaganda? É o que me parece. É nítido, isso. Todas as vezes que ocorrem problemas na Cemig, aumenta-se a quantidade de propaganda da empresa como a melhor energia do Brasil. Parece provocação, mas não é. A Cemig faz um gesto com as empresas de publicidade, com a imprensa, que às vezes precisa ou está acostumada com a publicidade da Cemig, de que haverá um aumento real de publicidade para compensar aquilo que a Cemig não consegue justificar ao povo. Então, se aumenta a publicidade. Deputado, é isso o que temos visto acontecer, mas jamais a Cemig anuncia soluções para os problemas.

Com isso, repete-se o que fez o ex-Governador Aécio Neves - o mais sumido, o Senador - e o que faz agora o Governador Anastasia: escondem-se debaixo do tapete a poeira e a sujeira, como se os problemas se resolvessem quando escondidos. Assim se esconderam, por oito anos, a má gestão do serviço público e os problemas das áreas da educação, saúde e segurança pública. Mas, no semestre passado e neste, no caso dos professores, o problema explodiu: foram 70 dias de greve na segurança pública e 112 dias na educação, além das greves na saúde e no Ipsemg, e o choque de gestão se mostrou uma verdadeira falácia. Mas o governo continuou escondendo embaixo do tapete a sujeira do choque de gestão, que, na verdade, é o chamado choque neoliberal, mundialmente em crise - o neoliberalismo já não se sustenta no mundo e, evidentemente, não se sustentaria em um único governo, no Estado de Minas Gerais. Assim, o governo neoliberal acaba provocando um prejuízo enorme para o povo de Minas Gerais.

Concluindo o raciocínio, antes de conceder aparte ao Deputado João Leite, a Cemig, infelizmente, age da mesma forma e nunca anuncia soluções. Para dar um exemplo, apresentei requerimento para que informasse o total de investimento que teremos a partir de agora na manutenção da rede elétrica. Em vez de responder, a Cemig apenas diz que está tudo em paz e em ordem e que não há problema algum; que a culpa foi da serpentina, do vento ou do temporal, mas que a Cemig e a rede elétrica estão em perfeito estado de saúde. Isso não é verdade. A rede elétrica em Belo Horizonte e em grande parte do Estado de Minas Gerais está precisando de manutenção. Ela precisa ser revigorada, e a Cemig tem de destinar recursos financeiros para isso, em vez de aumentar a propaganda de que oferece a melhor energia do Brasil. É isto o que venho cobrando da Cemig: um pouco mais de humanidade no trato dessas questões.

Gostaria de citar a publicidade que o Sindieletrô veiculou agora nas rádios para contrapor à intensa propaganda que a Cemig faz como se fosse a única verdade. Nela, reivindicam a contratação de mais 2 mil servidores na Cemig, que julgam estar sucateada em termos de pessoal qualificado, para dar a manutenção necessária em Belo Horizonte e nas outras cidades mineiras. Então, peço à Cemig que, em vez de aumentar a publicidade, destine recursos para a manutenção da rede.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Acompanho com atenção a discussão de V. Exa., especialmente as críticas que encaminha à Cemig. Com todo respeito, vejo essa questão com muito cuidado, até porque, no início de sua fala, V. Exa. mesmo ressalta que essa é uma empresa importante para os mineiros e para Minas Gerais. Assim, penso que devemos ter cuidado ao falar de uma empresa tão importante, para não jogarmos tudo fora. A Cemig tem muitas coisas boas; seu quadro de funcionários, por exemplo, merece o respeito de todos nós, e sei que V. Exa. tem esse cuidado.

Quanto à publicidade, vemos que de fato ela muitas vezes não retrata muito a realidade. Andando por Belo Horizonte, Deputado Rogério Correia, tenho visto, por exemplo, a propaganda feita pelo PT sobre o metrô de Belo Horizonte. Ainda nem houve a expansão do metrô, mas já há uma propaganda do PT dizendo que os recursos já vieram, embora efetivamente eles não estejam aqui. Vemos também propagandas sobre as nossas estradas, que não são nossas, são federais - e as estradas federais estão matando a população não apenas de Minas Gerais, mas de todo o Brasil.

Mas ainda quero abordar a questão do choque de gestão. Vou falar rapidamente, para não tomar o seu tempo, mas não poderia ficar de fora dessa questão, porque, como Secretário de Estado, participei desse momento.

O Governador Aécio Neves - citado por V. Exa. - encontrou um Estado numa situação muito difícil, talvez, como a que viveremos. Muitas vezes, não por culpa do Estado de Minas Gerais, mas de uma conjuntura internacional. Foi aquilo que alcançamos depois de um governo de que V. Exa. foi Líder nesta Casa. Encontramos um grande déficit, portanto todos tivemos de trabalhar muito. Na ocasião, V. Exa. era Deputado desta Casa, por isso sabe que todos nós nos empenhamos naquele momento para que pudéssemos vencer. Efetivamente, Deputado Rogério Correia, foram muitos cortes; inclusive, precisamos procurar verdadeiras prioridades. Lembro-me de que a minha área era a da assistência social, da criança e do adolescente, ou seja, dos direitos humanos. Foi preciso

objetivarmos o que realmente era fundamental: o atendimento às crianças, às casas e aos lares, para vencermos aquele momento grave da história de Minas Gerais.

Assim, acompanho o pronunciamento de V. Exa., mas também gostaria de dar essa contribuição - reconhecer o papel importante da Cemig. Afinal, eu estava dentro do governo do Estado naquele momento, e o choque de gestão foi importante para equilibrar as contas do Estado de Minas Gerais. Tanto, Deputado Rogério Correia, que mais de 90% da população de Minas Gerais reconheceu o trabalho do mais querido, o nosso ex-Governador Aécio Neves, hoje Senador, que, neste momento, preocupa-se com Minas Gerais e busca mais recursos para o nosso Estado.

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concede. Continuo aqui acompanhando, com muita atenção e muito respeito, o pronunciamento de V. Exa.

O Deputado Rogério Correia\* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Não queria permanecer no debate, pois essa não era a nossa intenção, mas, respeitando as palavras e o pensamento de V. Exa., gostaria de fazer alguns rápidos esclarecimentos.

Deputado João Leite, fui relator da emenda à Constituição, enviada a esta Casa pelo Governador Itamar Franco, que proibia a privatização da Cemig. Aliás, além da privatização, incluí, nessa emenda, a não privatização de empresa pública aqui, em Minas Gerais, e, caso a Assembleia deliberasse por 3/5 a favor dessa privatização, teria de se fazer um referendo popular para evitá-la. Essa privatização estava em curso no pensamento neoliberal no mundo inteiro, e aqui, no Brasil e em Minas Gerais, havia as expressões "FHC" e "Eduardo Azeredo". Portanto, em um contraponto a essa visão neoliberal, aprovamos aqui, com a maioria que havia na época e encabeçada pelo Governador e ex-Presidente Itamar Franco, mas derrotamos a ideia tucana de privatização da Cemig.

Então tenho muito orgulho de ser um defensor real da Cemig. O problema é que o Senador Aécio Neves, o mais sumido, e agora com o Anastasia, faz um processo de privatização branca da Cemig. E o fazem através da remessa dos dividendos, em 50% anualmente, estabelecido no acordo de acionistas para a Andrade Gutierrez. Pasmem, senhores telespectadores que me assistem pela TV Assembleia, a Cemig não tem mais como fazer investimento e manutenção de rede, por isso o apagão em Minas será cada vez maior e os bueiros explodirão, porque hoje a Companhia está nas mãos da Andrade Gutierrez, que detém 50% do lucro que o mais sumido, o Senador Aécio Neves, fez questão de lhe deixar. Esse é o legado do Senador, o mais sumido, para Minas Gerais: deixar a Cemig refém da empresa Andrade Gutierrez, e a isso Itamar Franco tinha se posicionado contrariamente.

O ex-Senador, ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco, coitado, deve estar, onde estiver, arrependido de ter feito qualquer tipo de acordo com os tucanos em Minas Gerais, porque exatamente a Cemig, que era tão querida por ele, está agora à mercê dos lucros e da empresa Andrade Gutierrez, que, aliás, é uma grande colaboradora da campanha tucana em Minas Gerais. Então quero deixar isso claro, mas já tenho um requerimento aprovado da Comissão de Minas e Energia sobre esse assunto e estou com outro documento em relação à Cemig, para discutir o que será feito daqui para a frente em Belo Horizonte e em Minas Gerais com as chuvas que se aproximam. Não precisa ser profeta e muito menos profeta do apocalipse para saber que, como a Cemig não toma medidas, infelizmente o caos se instalará novamente com apagões, etc., aqui em Minas Gerais.

Em relação à Cemig, gostaria de expor claramente o meu ponto de vista: ela precisa ser defendida como empresa do Estado, e não por meio do seu acordo acionista, que mantém o lucro como empresa privada, que é a Andrade Gutierrez. É preciso reverter esse procedimento dentro da Cemig. Esse é o pensamento que tenho em relação à Companhia Energética de Minas Gerais e à atitude que os tucanos estão tendo em relação a essa empresa.

Sr. Presidente, em relação ao choque de gestão, já falei por diversas vezes e não aprofundarei, Deputado João Leite, mas, se a dívida deixada por Eduardo Azeredo era de R\$9.000.000.000,00, subiu para R\$14.000.000.000,00 com o Itamar Franco e hoje já está em R\$60.000.000.000,00. Foi uma dívida feita de tucano para tucano, FHC e Azeredo, só podia ser, contra o Brasil e contra Minas. E agora há uma dívida no Estado de Minas Gerais, que se diz impagável, e o Governador Antonio Anastasia descobre agora, pela boca do mais sumido, o Senador Aécio Neves, que a dívida é de R\$60.000.000.000,00. Onde está o déficit zero? - há de perguntar. Foi apenas uma falácia, uma farsa, Deputado Fred Costa? Ninguém sabe. Na época em que falaram do déficit zero, só faltava inaugurar uma placa: "Vamos inaugurar a placa do déficit zero". Então iriam os Municípios, os Deputados, o mais sumido iria junto. Mas nada! Placa de déficit zero e choque de gestão.

Qual o legado que temos em Minas? O choque de gestão, que levou à greve, como no primeiro semestre. Coitado do Governador Anastasia, que, aliás, não tem defensor nesta Casa. Fico até com dó. Somos Oposição. O Governador Anastasia é até uma pessoa bem-intencionada, mas cuja base é mais aecista, prefere que dê errado o governo Anastasia para contar louros do governo Aécio Neves. Mas, na verdade, o Governador Anastasia fica abandonado, pois ele procura fazer um bom serviço, mas o seu governo está entregue aos apadrinhados do Senador Aécio Neves. Aliás, outro dia, alguns saíram presos do Iter. Já o mais sumido está no Rio de Janeiro ou em Brasília. Ele não dá socorro. As greves estão pipocando, o choque de gestão mostrando a falência, e o déficit zero não existe, pois há um déficit de R\$60.000.000.000,00 somados à dívida com a Cemig, que aconteceu agora.

Então esse é o quadro geral de Minas Gerais, e é lastimável que o Governador Antonio Anastasia fique refém de todo esse procedimento. Mas também ele não reage. Deveria assumir mais o governo do Estado, romper com esse passado aecista e fazer por Minas Gerais aquilo com que se comprometeu.

Sr. Presidente, lembro ainda, em relação a esses fundos - e discuto projeto a partir dos fundos existentes -, da reunião que fizemos na sexta-feira passada sobre a taxa de incêndio, também criada em Minas Gerais pelo mais sumido. Este criou uma taxa de incêndio que inicialmente seria paga por todos os mineiros. Nós, que éramos da Oposição, não podíamos permitir que Minas Gerais pagasse uma taxa de incêndio em todas as residências, porque se tratava de uma prevenção contra incêndio, e não de uma segurança de que, se ocorresse um incêndio, seriam socorridos. A taxa é uma prevenção, em tese. Ela é um imposto disfarçado de taxa, mas em Minas, e esse é outro assunto - faço um parêntese -, tudo pode. O Ministério Público - Dr. Alceu, não é mais Dr. Alceu - faz aquilo que o mais sumido manda fazer, então ele permite que imposto vire taxa e que taxa vire imposto. Aqui vale tudo para o mais sumido. E assim ele faz no Tribunal de Justiça, na Assembleia Legislativa, na imprensa: controla. Como diz o Deputado Sávio Souza Cruz: "Tá tudo dominado".



A taxa de incêndio foi criada dessa forma, mas era inicialmente para todo mundo. Nós, como somos os responsáveis da Oposição, fizemos a conta e vimos que iria ser uma enxurrada de dinheiro que, se fosse usado para comprar carro de bombeiro, haveria carro para dar e vender em Minas Gerais. Então, decidiu-se que a taxa seria cobrada apenas do comércio e onde existe Corpo de Bombeiros, reduzindo muito.

Em 2010, foram arrecadados R\$46.000.000,00 em taxa de incêndio para equipamento; desses, apenas R\$3.500.000,00 foram usados em equipamentos. A taxa de incêndio está sendo destinada a outras finalidades, como pagamento de pessoal. A taxa de incêndio é cobrada da indústria e do comércio como se fosse outro imposto, e não para equipar o Corpo de Bombeiros. Não existe uma taxa de incêndio para um fim determinado.

O Deputado Weliton Prado foi um dos que mais combateu comigo a taxa de incêndio na época. A Deputada Liza Prado combateu em Uberlândia. Conseguimos retirá-la das residências, fazendo um bem para Minas Gerais e para o governo. O Deputado Antônio Júlio costuma dizer: “Estou falando isso para ajudar o governo”. As pessoas não acreditam no que o Antônio Júlio fala, mas nesse caso ele estava cheio de razão. Ajudamos muito o governo porque, se tivesse cobrada essa taxa de incêndio de todas as residências, a população estaria indignada, pois os incêndios continuavam ocorrendo na seca. E nas enchentes, quando a luz acaba, o Corpo de Bombeiros está lá. É claro que está melhor equipado do que antes, mas, para compra de equipamento, dos R\$46.000.000,00, foram gastos apenas R\$3.500.000,00. Isso ficou comprovado, fiz requerimento e vou para o Ministério Público novamente. O “Dr. Aeceu” terá que engavetar mais uma. Ele é bom de gaveta. Aliás, nem na gaveta o “Aeceu” põe as coisas mais, ele pega a peça e já faz a defesa. Ele virou advogado de defesa dos malfeitos do Senador mais sumido, Aécio Neves.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Quero aproveitar para dizer que a questão da taxa de incêndio é preocupante. Estive ontem em Araguari e conversei com vários bombeiros, que falaram que há necessidade de se aumentar o efetivo e que, quando há problema, têm que enviar equipamentos para Uberlândia. Precisamos melhorar essa questão, e espero que possamos instalar o Samu. Temos um problema gravíssimo na nossa região com relação aos bombeiros, que nem é de governo, mas da instituição. Não temos o Samu na nossa cidade, e grande parte de região precisa dele. O Deputado Weliton Prado está se esforçando. Na própria instituição tem uma briga interna de quem vai coordená-la, e a população fica prejudicada.

Penso que não deveria haver a taxa de incêndio nem para as empresas, pois elas já têm uma carga tributária altíssima e ainda têm que pagar essa taxa, e, quando precisam, falta hidrômetro. Ou o recurso da taxa é aplicado conforme designado, ou deveríamos revogá-la.

Quero falar dos avanços e cumprimentar os Deputados João Leite, Sebastião Costa, Rogério Correia e os que fazem parte da comissão de negociação com os professores. Hoje, conversei com a Secretária Gazzola, a qual me disse que já fechou essa questão administrativa e falta resolver a questão financeira para discutirmos o piso. Mas é importante usar este momento para esclarecer os professores sobre toda dificuldade por que têm passado e como os Deputados desta Casa têm feito um trabalho bonito. Creio que a Assembleia tem cumprido o seu papel e, independentemente da bancada, os Deputados Cássio, Adalclever, Rogério Correia, Pompílio e João Leite, todos têm feito um trabalho muito importante para esta Casa. Foi discutida a proposta de não influenciar no 13º salário dos professores, para que no impacto não seja prejudicada a ficha funcional do professor. Isso é fundamental. Para o professor que queira realmente repor as aulas, mas, às vezes, outra pessoa deu aulas no lugar, tem de haver uma anistia. Isso é importante, e vamos apoiá-los. Que possamos discutir sobre alguns outros casos, como a reposição de aulas. É fundamental que seja pago o salário de outubro no início de novembro. É muito importante que a Assembleia tenha desempenhado esse papel, Deputado João Leite, o que foi fundamental. Sabemos das dificuldades dos professores e das professoras. Os parlamentares desta Assembleia tiveram um papel importante nisso. Fico muito preocupada quando vejo que temos problemas gravíssimos na educação. Percebemos que a Assembleia possui parlamentares preocupados, independentemente da bandeira política e da cor partidária, com a qualidade do serviço público.

Os servidores desta Casa também têm todo o nosso apoio. Tenho certeza de que eles conseguirão alcançar êxito na questão salarial, porque sabemos que a negociação aqui é bem diferente, não é, Sr. Presidente? Isso é fundamental. Então, quando depende da autonomia da Mesa, exclusivamente da Assembleia, com certeza as coisas andam. Creio que foi um momento importante e tenho certeza de que tudo que depender desta Casa faremos, para que tenhamos servidores bem mais preparados.

Gostaria de falar também, Deputado Rogério Correia, de uma outra preocupação. As Funecs, em Contagem, foram fechadas. O Deputado Rogério Correia é um defensor delas, e o Sind-UTE de Contagem tem brigado muito para que os professores possam ocupar o espaço deles, que eles possam voltar para as Funecs. Tenho certeza de que vamos organizar a população, independentemente de quem seja o candidato em Contagem, seja o Durval, o Carlin ou o Ademir. Nós, Deputados, e a população de Contagem vamos exigir que realmente o candidato eleito para Prefeito tenha compromisso com a população de reabrir as Funecs que a Marília fechou - por mais, Deputado Rogério, que essa responsabilidade seja estadual. Para fazer promessa de campanha, ela disse que deixaria as Funecs abertas. Depois, quando ocupa o cargo, quando assume o governo, infelizmente as fecha. Tenho certeza de que o senhor não concorda em ver professor fora da sala de aula, fora da carreira, para a qual foi concursado. Então, Deputado Rogério, quero dizer que sou sua parceira, sua companheira em todos os momentos. Sei da sua seriedade e do seu compromisso com os professores. Eu vou com esta Casa exigir também que sejam reabertas as Funecs em Contagem e que tenhamos uma educação de qualidade. Que também possamos encontrar saídas, fazer parcerias, porque sabemos que não é fácil para o Município. Percebemos que a luta do Sind-UTE de Contagem e de todo o Estado tem um papel fundamental na defesa dos professores e das professoras.

Fico feliz quando o senhor ocupa essa tribuna, porque sou sua parceira e tenho certeza de que estamos defendendo o que é justo e correto. Fiquei contente em saber sobre essa negociação, porque muitos professores tiveram seus pontos cortados e é preciso discutirmos a greve. Estamos, no mínimo, tentando amenizar essa questão. Sei que não é o correto, o ideal, como o senhor bem expôs em relação à educação, não é o que queremos, mas sabemos que, com o trabalho da Assembleia, essa questão tem avançado. A Assembleia tem realizado um trabalho bonito.

Portanto, Deputado Rogério, receba os meus cumprimentos e leve-os a todos os outros Deputados dessa comissão. Independentemente de cor partidária, continuem defendendo o nosso povo, o que é correto, assim como defendo os professores e as



professoras de Contagem e de todo o Estado de Minas Gerais. Defendo-os independentemente de questão partidária. Não é porque lá é o PT quem administra e não é porque o governo está aqui ou porque você é base de sustentação que vou deixar de apoiar professor. Devemos defender o que é justo e correto. Assim também em relação à Mesa: não é porque há Deputados do PT e do PSDB, tenho certeza de que ela defenderá todos os servidores. Quando depende exclusivamente da Assembleia, a conversa é outra, não é, Deputado Rogério? Então quero cumprimentá-lo e dizer que tenho orgulho de ser sua parceira de todas as lutas, de todas as horas e momentos. Que possamos trabalhar para que o povo mineiro tenha espaço e seus direitos respeitados. Pode contar sempre comigo, porque terá em mim uma Deputada sempre na trincheira, disposta a lutar pelo que é justo e correto.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputada Liza Prado. Concedo aparte ao Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) – Agradeço V. Exa. pelo aparte e o cumprimento pela sua manifestação. Peço um aparte de 2 ou 3 minutos para homenagear uma categoria, a dos médicos, pois hoje é Dia do Médico, Dia de São Lucas. Eu, como médico e como parlamentar, vejo nesta Casa que nós - e posso dizer isso com letra maiúscula - receitamos o melhor remédio que pode ser receitado para todos, por um médico e por um homem público, sem contraindicações, que é a democracia.

A sua manifestação foi democrática, e V. Exa. expôs seus pontos de vista, os quais respeitamos com muita seriedade e analisamos. Agradeço o seu aparte, pois gostaria de homenagear esses homens e mulheres predestinados, que, muito mais do que profissionais, vão para a medicina vocacionados pelo ideal de lutar e de se empenhar para prevenir, tratar, aliviar e, às vezes, até curar o sofrimento do corpo, com mais intensidade, e do espírito de muitas pessoas que padecem por este mundo afora.

Quero deixar um abraço, em nome dos médicos da Assembleia Legislativa, a todos os médicos de nosso Estado de Minas Gerais, por esse dia 18 de outubro. Espelhando-me no médico São Lucas, que era pintor e que também escreveu, acompanhado por São Paulo, o Ato dos Apóstolos e o terceiro evangelho da Bíblia Sagrada, parabeno todos os médicos. Peço a Deus que continue a nos dar saúde e tranquilidade para permanecermos neste trabalho extraordinário de aliviar o sofrimento daqueles que padecem. Agradeço V. Exa. por me conceder esse aparte ao seu pronunciamento, para essas relevantes considerações. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Doutor Viana. Gostaria também de felicitar os médicos de Minas Gerais e do Brasil, em nome de V. Exa., que, além de um grande Deputado, é um grande médico nosso. Assim, cumprimento todos os médicos de nosso Estado. Parabeno-o pela lembrança, pela atuação enquanto Parlamentar e também por sua atuação profissional.

Apenas para terminar, Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, aceitar a sugestão, poderia dizer assim, feita pela Deputada Liza Prado, em relação à questão das taxas de incêndio. Acho que, ou bem termina, ou pelo menos, enquanto existe, ela deverá ser aplicada corretamente. O caso de Araguari, que V. Exa. citou, onde sequer há equipamentos no Corpo de Bombeiros suficientes, assusta-nos, pois há recursos sobrando. Se apenas R\$3.500.000,00 no ano passado foram destinados para equipamentos, é porque se julga que os equipamentos do Corpo de Bombeiros já estão para lá de suficientes, embora não seja esse, parece, o quadro de Minas. A sugestão que quero fazer é que os diversos Municípios de Minas Gerais remetam para a Assembleia - poderá ser por meio do meu gabinete - a situação real do Corpo de Bombeiros em seus domínios. Poderão dizer se ele existe, se não existe, como é o equipamento do bombeiro e se é suficiente para combater o incêndio e para fazer o socorro na época de enchente. Poderão dizer, enfim, se o Corpo de Bombeiros em seus domínios está bem equipado. Se não houver, que nos relatem a situação para que possamos solicitar do Corpo de Bombeiros a aplicação da taxa de incêndio. A lei diz que o que foi arrecadado no Município deverá ser a ele destinado, no que se refere à taxa de incêndio. Onde não há bombeiro, poderá ser criada uma companhia e passa-se a cobrar taxa de incêndio. Essa taxa só irá aumentar. Ela começou, se não me engano, com R\$17.000.000,00 e já está em R\$46.000.000,00. Aumenta-se o número de Municípios, aumenta-se a taxa, e assim o valor ficará exorbitante. Carros de bombeiro não faltarão, haverá mais carros de bombeiro do que Bombeiros, porque o governo não os contrata, mas o dinheiro para comprar os equipamentos está lá. Fica essa análise que devemos fazer desse quadro, ou então que o governo faça uma avaliação e tome uma medida para uma mudança na lei. Acho que é preciso rever a questão dessa taxa de incêndio, que já está virando uma chacota.

Presidente, defendo o Corpo de Bombeiros enquanto instituição fundamental. Sabemos o valor do policial bombeiro e da Corporação, sabemos de sua importância. Devemos ter cuidado com o que falamos, porque podem escrever outras coisas por aí. Há uma turma que escreve aquilo que pensa ter ouvido, não aquilo que de fato foi dito. Temos de nos preocupar com isso. Estou dizendo que o Corpo de Bombeiros precisa desse equipamento, mas a taxa foi criada para uma determinada finalidade. A taxa não pode ter outra destinação.

Aproveitando o que disse a Deputada Liza Prado, quero mais uma vez parabenizar os professores e as professoras. Depois de 112 dias de greve, fizemos três rodadas de negociação com o governo. O processo, Deputada Liza Prado, ainda está muito moroso, o que é compreensível. Depois de 112 dias de greve, ficam sempre arestas. Como Deputados, temos, em mesas de negociação, buscado a mediação. Depois de três reuniões, ontem conseguimos fechar um acordo relativo ao pagamento dos dias de paralisação e ao corte dos salários dos professores. Peço à Deputada Liza Prado que nos ajude. A Secretária de Planejamento ficou de analisar amanhã uma proposta que nós Deputados deixamos com ela, a partir de uma proposta da Secretária Gazzola. Ela propôs que o salário do mês de novembro fosse pago na integralidade. Para o mês de dezembro, haveria o corte do salário. Propusemos que, em vez de cortarem os salários de uma única vez, fizessem o desconto de 10 dias no salário de dezembro, de 10 dias no de janeiro e 10 dias no de fevereiro. Por quê? Porque, relativamente ao mês de dezembro, ainda receberão o que repuseram. Um compensará o outro, e não haverá corte.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Conversei com ela hoje, durante o almoço. Minha preocupação é a mesma de V. Exa. e dos demais Deputados. Consideraremos o mês, com toda a dificuldade do ponto, a fim de sabermos como fazer o acordo, para que as professoras não fiquem tão prejudicadas. Discuti com ela alguns casos relativos à anistia, com a qual me preocupo. Deputado, fiz questão de fazer algumas anotações. Tanto eu como V. Exa. somos bastante digitais. Eu dizia para a turma do chapéu que, embora seja um tanto quanto analógica, estou tentando ser digital. A informação constante é importante. No Twitter, no Facebook, nas redes sociais tenho procurado prestar informações. O Deputado Rogério Correia, meu companheiro, tem me seguido no Twitter. Constantemente temos feito discussões, o que tem trazido certa agilidade. Ficou faltando, para o dia de amanhã, costumarmos a questão do salário. Quero conhecer essa sua proposta. Anotei cada palavra da Secretária, até para poder discutir o tema com V. Exa. e





com os Deputados João Leite e Cássio Soares. O salário de outubro seria pago no início de novembro, sem desconto das faltas referentes à greve de setembro. Dezembro seria pago com desconto dos dias faltosos. Há ainda a reposição de outubro, e o 13º salário não sofrerá impacto das faltas em razão da greve. O impacto ficará para o próximo ano.

Fiquei bastante preocupada com uma proposta que os Deputados deveriam analisar bem. O escalonamento será em três vezes. Não é isso? V. Exa. poderá nos explicar melhor tudo isso. A parte da disciplina e o pagamento já foram acertados, o que é importante. Resta-nos discutir, a partir de amanhã, o piso. Como ficará essa questão financeira? Como ficará a situação de quem precisa repor, mas não tem como fazê-lo? Como eu disse, seria importante haver a anistia. Nesse caso, a reposição não será feita porque a pessoa não quer fazê-la, mas porque não tem jeito. Às vezes o professor já deu aula. Nesse caso, haveria a anistia. Não só nesse caso, mas talvez pudesse haver nas férias-prêmio, na licença-maternidade, etc. Cada caso seria anistiado.

Então achei isso bastante importante. O mais importante é que essas pautas têm um impacto na vida funcional e não prejudicariam esses casos. Assim não haveria impacto na vida funcional da servidora. Achei que isso foi fundamental e um avanço, para não prejudicar. E há a questão do 13º salário também, para não haver impacto. Deixar as faltas relativas à greve para o ano que vem, para não prejudicar também. Essas foram as palavras dela, palavra por palavra, que anotei para que amanhã o senhor possa costurar, juntamente com os outros Deputados que fazem parte da comissão votada por esta Casa, para que as professoras e os professores possam, no mínimo, não ter tanto prejuízo.

O Deputado Rogério Correia\* - Exatamente, Deputada. A questão do desconto dos dias parados...

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Talvez o senhor consiga que ele seja feito em três vezes.

O Deputado Rogério Correia\* - Foi a proposta que nós, Deputados, deixamos. Em vez de se fazer o desconto todo em dezembro, que o desconto fosse feito 10 dias em dezembro, mais 10 em janeiro e 10 em fevereiro. Como os professores estarão repondo aulas, terão que receber a mais referente à reposição. Então um compensa o outro, e eles teriam os salários pagos na íntegra em dezembro, janeiro e fevereiro.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, como esse acordo já está bem mais costurado, creio que deveria centrar-se mais força na questão financeira no piso. Acertando-se a questão dos descontos, de forma mais rápida, concentra-se a reunião na discussão do piso, que considero mais polêmica.

O Deputado Rogério Correia\* - A partir de segunda-feira, resolvida essa parte, a discussão já virá com a questão do piso. São duas pautas para segunda-feira: o piso salarial da carreira e a política remuneratória, que também chegou à Assembleia na sexta-feira. No caso da política remuneratória, o Sind-UTE não participou dos debates, porque o governo entendeu que, por causa da greve, o Sindicato não deveria fazer parte da discussão. Então esse assunto entrará também na reunião de segunda-feira - primeiro o piso e depois a política remuneratória.

O piso é a parte mais importante da discussão. Limpado o terreno do corte dos dias parados e da reposição das aulas, entraremos agora no principal, que é exatamente o motivo da greve - a questão salarial. Quando a greve terminou, já houve a garantia do governo de que pagaria o piso em janeiro. Mas o governo ficou de apresentar uma proposta quanto à forma de pagar o piso, incluindo-o na carreira, que foi a motivação para a continuação da greve. Esperamos que a partir de segunda-feira essa adução também se dê de maneira tranquila na comissão de negociação, para que possamos avançar no estabelecimento do piso da carreira, discutindo quando, como, se será em etapas. Queremos saber como o governo se propõe, do ponto de vista orçamentário, a resolver esse dilema de combinar a solução do problema dos professores que recebem o vencimento básico com a dos que recebem subsídio - como ficarão uma e outra tabela. Essa é a adução que faremos segunda-feira.

O Deputado João Leite (em aparte) - Gostaria só de lembrar que também ficou acertado que o governo pagará o piso de acordo com o índice do MEC. Acertamos isso também, e o governo de Minas está de acordo com a proposta de que o índice adotado será o do MEC. O MEC ainda não sabe qual é esse índice, mas isso também foi acertado numa reunião anterior. Creio que V. Exa. foi fiel a tudo que discutimos, e entendemos que tivemos ontem um grande avanço que nos permite, na próxima segunda-feira, já entrarmos na questão do piso e da remuneração das carreiras.

O Deputado Rogério Correia\* - Exato. Bem lembrado, Deputado João Leite, esse é um avanço importante. O reajuste do piso dos professores em âmbito nacional se dará por meio do MEC, e há um reconhecimento do governo do Estado em relação a isso, conforme dito pela Secretária Renata Vilhena na reunião passada. Esse reajuste já vem em janeiro. Então, em janeiro, o salário-base não será R\$712,00; será R\$712,00 mais o reajuste do MEC.

A expectativa é que seja em torno de 16%, o que elevaria para cerca de R\$800,00 o piso para quem está no modelo do vencimento básico. Fica a discussão sobre o subsídio, cujos adeptos, segundo o projeto de lei, teriam 5% de reajuste. Agora entraremos numa discussão mais complexa, porque inclui recursos financeiros, possibilidades do governo do Estado. Este ano Minas poderá receber repasse do Fundeb. Temos de averiguar isso também, verificar se facilita o processo de negociação. Enfim, o clima que se estabeleceu, a partir das três reuniões que foram realizadas, notadamente a de ontem, é de maior diálogo. Todos nós, Deputados, contribuimos para esse avanço, que, esperamos, deve prosseguir.

Desculpe, Deputado, se saí um pouco do tema, mas o Projeto de Lei nº 2.243/2011, que altera o fundo de equalização do Estado, para que os Municípios da área da Sudene sejam beneficiados, contará com o apoio da nossa bancada. Por isso encaminhado favoravelmente ao projeto. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 24/10/2011, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Tifanie Avellar Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Ana Paula Ribeiro Melillo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR.

**TERMO DE CONTRATO**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas de Elói Mendes. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, 1993.

**TERMO DE ADITAMENTO**

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Câmara Municipal de Sete Lagoas. Objeto: cessão de tempo da programação da TV Assembleia à Câmara Municipal de Sete Lagoas, mediante compartilhamento da grade de programação em certos horários. Objeto do aditamento: prorrogação por 1 ano. Vigência: 31/12/2011 a 30/12/2012. Dotação orçamentária: 01.031.0001.6.007.3.3.90.39.00.

**TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Virtual Cinema e Vídeo Ltda. Objeto: cessão de mão de obra para prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e TV. Objeto do aditamento: segunda prorrogação contratual. Vigência: 12 meses a partir de 1º/10/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.